



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Bianca Santos da Silva Lopes

**A nova cara da EJA: O aumento de matrículas de adolescentes e jovens na modalidade
de ensino de jovens e adultos**

Orientador: Prof. Frederico Uhl Jardim

Rio de Janeiro Janeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A nova cara da EJA: O aumento de matrículas de adolescentes e jovens na modalidade de ensino de jovens e adultos

Bianca Santos da Silva Lopes

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Frederico Uhl Jardim

Rio de Janeiro Janeiro

2017

LOPES, Bianca Santos Silva.

A nova cara da EJA: O aumento de matrículas de adolescentes e jovens na modalidade de ensino de jovens e adultos/ Bianca Santos da Silva Lopes; orientador: Frederico Uhl Jardim. Rio de Janeiro, 2017.

55 f.: fig.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

1. Educação de jovens e adultos; 2. Juventude; 3. Juvenilização da EJA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A nova cara da EJA: O aumento de matrículas de adolescentes e jovens na modalidade de ensino de jovens e adultos

Bianca Santos da Silva Lopes

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Frederico Uhl Jardim

Prof^a. Dr^a. Marta Lima de Souza

Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scofano

A Maria Dolores, que através de seu conhecimento de mundo lutou para mudar sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Senhor Jesus Cristo, pois sua graça tem me alcançado a cada dia.

A minha mãe, minha rainha, aquela que se esforçou para que eu pudesse chegar até aqui. Sua trajetória de vida me inspirou e incentivou a amar a EJA. Obrigada, Maria Dolores. Você me inspira cada dia mais.

Aos meus irmãos, Eduardo, Verônica e Fabiana, pelo incentivo e credibilidade. Não sei o que seria de mim sem vocês. Amo vocês!

Ao meu amado marido, Harrison. Obrigada pelo companheirismo e paciência ao longo dessa trajetória. Foi difícil chegar até aqui, mas sua força foi essencial para trilhar esse caminho.

Aos meus amigos irmãos, Layla e Thiago, que compartilharam comigo todos os momentos vividos na UFRJ. Não saberia descrever o que vocês representam para mim, só sei que jamais permitirei que saiam da minha vida.

Aos amigos que conquistei na UFRJ e fizeram dessa caminhada algo mais leve.

A Caroline Souza, companheira de estágio e metrô. Obrigada, amiga! Você é um exemplo de força e fé.

Ao Carlos, amigo, ouvinte e psicólogo nas horas vagas. Obrigada pelos puxões de orelha e pelas divertidas conversas. Você é demais, meu caro!

Aos mestres Reuber e Marta, que mostraram que ensinar é um ato de amor. Vocês foram essenciais nessa jornada. Admiração e orgulho são as palavras que descrevem o que sinto por vocês.

Ao Frederico Jardim, mas conhecido como Fred, que com seus conhecimentos e um jeito todo carioca e flamenguista de ser abrilhantou meus dias com todos os seus ensinamentos. Quero ser como você, meu querido mestre! Obrigada pelo incentivo e ajuda. Você é um ser incrível, maravilhoso!

Aos alunos do CAMP Vila da Penha pela confiança, respeito e ensinamentos. Vocês são exemplos de força e garra. Muito obrigada por me receberem!

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender e analisar o aumento das matrículas de jovens, entre 15 e 18 anos, na modalidade de ensino de Jovens e Adultos, os motivos pelos quais esses indivíduos buscam dar continuidade aos estudos na EJA, não frequentando turmas regulares, analisando também as contribuições escolares que favorecem para esse crescimento, muitas vezes sendo a maior responsável por essas matrículas. A expansão da juvenilização nos leva a crer que a proposta de universalização da educação básica, consolidada no Brasil nos anos 90, não abrange toda a sociedade, pois a idade dos alunos frequentadores da EJA, modalidade de ensino voltada para àqueles que não obtiveram oportunidade de aprendizado no período adequado, vem diminuindo ao longo dos anos. Para realização da pesquisa optei por uma abordagem qualitativa, de cunho teórico-empírico, composta por levantamento bibliográfico e por um questionário semiestruturado respondido por quatro alunos com idade entre 16 e 18 anos, frequentadores da modalidade de ensino de jovens e adultos em diferentes escolas do Rio de Janeiro. A escolha dos sujeitos se deu através da ONG Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro – CAMP Vila da Penha, a qual trabalha com adolescentes e jovens, encaminhando para o mercado de trabalho através de projetos como menor aprendiz e jovem aprendiz. O relato desses indivíduos trouxe um novo olhar sobre a relação entre juventude e escola, mostrando que determinadas situações favorecem a inclusão de jovens na modalidade de ensino de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; Juventude; Juvenilização da EJA.

ABSTRACT

The aim of this research is to understand and analyze the increase in enrollment of young people between 15 and 18 years of age in the youth and adult education modality, the reasons why these individuals seek to continue their studies in the EJA, not attending regular classes, analyzing also the school contributions that favor this growth, often being the most responsible for these enrollments. The expansion of juvenilization leads us to believe that the proposal for the universalization of basic education, consolidated in Brazil in the 1990s, does not cover the whole of society, since the age of students attending the EJA, a teaching modality aimed at those who did not learning in the appropriate period, has been decreasing over the years. In order to carry out the research, I opted for a qualitative-theoretical-empirical approach, composed by a bibliographical survey and a semi-structured questionnaire answered by four students aged between 16 and 18 years old, who attended the youth and adult education modality in different schools of the Rio de Janeiro. The subjects were chosen through the NGO Friends Circle of the Boy Patrol - CAMP Vila da Penha, which works with adolescents and young people, sending them to the labor market through projects as a minor apprentice and young apprentice. The report of these individuals brought a new look at the relationship between youth and school, showing that certain situations favor the inclusion of young people in the modality of teaching of Youth and Adults.

Keywords: Youth and adult education; Youth; Juvenilization of the EJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL: DOS ANOS 40 AOS DIAS ATUAIS	15
1.1 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS APÓS 1985	19
CAPÍTULO 2 - O QUE É JUVENTUDE? UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	25
2.1 - JOVENS E A EJA: O AUMENTO DAS MATRÍCULAS DE ADOLESCENTES E JOVENS NESSA MODALIDADE DE ENSINO.....	29
CAPÍTULO 3 - CAMP VILA DA PENHA E OS JOVENS FREQUENTADORES DESSE ESPAÇO.....	35
3.1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXOS	47
ANEXO I: Ficha utilizada para a matrícula no CAMP.	47
ANEXO 2: Roteiros utilizados com os alunos nas entrevistas	49

INTRODUÇÃO

Os altos índices de matrículas de jovens entre 15 e 18 anos na Educação de Jovens e Adultos é algo alarmante. Essa modalidade de ensino surge no Brasil para suprir a carência educacional existente, tendo como público-alvo adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir seus estudos no período adequado, sujeitos que tiveram a necessidade de interromper, por diferentes motivos, sua trajetória escolar. No decorrer dos anos essa característica da EJA vem sendo desconstruída, recebendo cada vez mais alunos com pouca idade. A entrada, cada vez mais cedo de adolescentes e jovens na EJA nos faz questionar o direito a educação conquistado, tardiamente, pela sociedade brasileira. Se a educação é um direito de todos, por que esses jovens não frequentaram a escola no período adequado? Esse é um questionamento que pode conter inúmeras respostas, mas que nos faz refletir sobre um direito não garantido. Vulnerabilidade, gravidez precoce, evasão escolar e altos índices de repetência são questões sociais que devem ser observadas ao analisarmos a entrada de indivíduos tão jovens na EJA, mas devemos atentar também pelo modo como a escola vem contribuindo para o aumento das matrículas nessa modalidade de ensino.

O interesse por esse tema surgiu de uma inquietação recorrente desde o primeiro estágio obrigatório da faculdade, Prática em Política e Administração Educacional, no qual atuei na secretaria e coordenação de uma escola estadual no município de Duque de Caxias. Observei que os alunos com defasagem escolar (idade/ano escolar) ou alunos evadidos, com interesse em retomar os estudos, eram matriculados em turmas noturnas, mesmo não tendo a necessidade de frequentar aulas nesse período. Ao observar os diários das turmas, percebi que as mesmas eram da EJA e que seus alunos eram compostos, em sua maioria, por jovens entre 15 e 18 anos, e que tiveram, ao longo de sua trajetória acadêmica, diversas retenções. Em conversas informais com a coordenadora pedagógica da escola, percebi que tais alunos eram taxados como indisciplinados, desinteressados e/ou muito “velhos” para as turmas que estavam matriculados, sendo direcionados para turmas que se “adequassem” ao seu perfil. Determinados professores não ficavam satisfeitos com a chegada de alguns alunos em sua turma, assim, se direcionavam a coordenação para questionar a presença desses sujeitos em sala. Uma professora de matemática, ao se referir a um aluno evadido que acabara de fazer a matrícula para a retomada dos estudos, faz as seguintes perguntas a coordenadora: “ O

Marcelo¹ voltou para a escola? Aquela “praga”, enfim, vai querer terminar o ensino fundamental? ”, mostrando grande descontentamento com o retorno do aluno. Era comum perceber o desprezo e o descaso dado às turmas da EJA, pois as mesmas eram compostas por alunos que fugiam dos “padrões” tidos como adequados pela instituição. Através desse estágio pude perceber como era a visão de alguns indivíduos do corpo pedagógico em relação aos jovens que são direcionados a turma da EJA, mas não consegui ouvir a opinião desses jovens em relação a escola e a modalidade de ensino a qual passou a frequentar, os motivos que o levaram a evasão, as decorrentes repetências ou o interesse em retomar os estudos, surgindo assim questionamentos que tentarei responder através dessa pesquisa.

Ao longo do estágio percebi que a inclusão de alguns alunos em turmas de jovens e adultos se dava como forma de punição e o tratamento dado a eles era, muitas vezes, diferenciado, pois ali, aos olhos do corpo pedagógico, se concentravam os piores alunos da instituição. Não entendia a necessidade de incluir indivíduos tão novos em turmas voltadas para adultos, em sua maioria, adultos trabalhadores, muito menos compreendia o desejo de alguns alunos em mudar de horário, solicitando sua inclusão em turmas da EJA, ou, como muitos denominavam, turmas do “supletivo”. Alguns solicitavam a troca por ter a necessidade de trabalhar, outros apenas pediam, sem justificar sua vontade. A volta aos bancos escolares trazia um certo desconforto a alunos evadidos. Muitas vezes, acompanhado pelos seus pais, a solicitação de uma vaga era algo “penoso”, triste, mostrando que aquele ambiente trazia um certo desconforto para seus frequentadores. O encontro com as coordenadoras ou diretora era ainda mais constrangedor, pois sabiam que ouviriam algo desconfortante, palavras que poderiam influenciar em uma nova desistência. O alívio pela conquista de uma nova oportunidade, para alguns, vinha com o constrangimento de estar sendo inseridos na modalidade de ensino de jovens e adultos, para outros, era a garantia de novas possibilidades. Mas, além da necessidade de inserção no mercado de trabalho, quais são as outras interferências que influenciam os jovens a ingressarem na EJA, desistindo do ensino regular? Essa escolha acarreta na mudança da característica inicial da educação de jovens e adultos, concentrando uma grande porcentagem de adolescentes e jovens matriculados nessa modalidade de ensino. Para entender um pouco mais sobre essa juvenilização da EJA busco resposta através dos principais envolvidos, jovens e adolescentes frequentadores dessa

¹ Nome fictício dado a um aluno, que pela terceira vez, volta à escola para concluir o sétimo ano. Assim como outros casos, Marcelo foi incluído em uma turma da EJA. O aluno, em 2014, tinha apenas 16 anos.

modalidade de ensino, assim como buscas online, incluindo a biblioteca eletrônica SciELO² (Scientific Electronic Library Online), na qual encontrei trabalhos interessantes sobre a educação de jovens e adultos. Utilizei como base para a procura temas como: EJA, Juvenilização da EJA, Jovens na EJA e Adolescentes matriculados na EJA. Da pesquisa feita na biblioteca eletrônica, utilizei os seguintes textos como relevante para a elaboração da pesquisa: “*Esse é o meu lugar... Esse não é o meu lugar: Inclusão e Exclusão de Jovens e de Adultos na Escola**” (2013) de Sônia Maria Schneider e Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, o qual traz o desconforto de jovens e adultos no ambiente escolar, retratando esses espaços e suas práticas como lugar de sucesso ou fracasso para seus frequentadores, “*Transformações nas Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do Terceiro Milênio: Uma Análise das Agendas Nacional e Internacional*” (2015) de Maria Clara Di Pierro e Sérgio Haddad, que analisa as transformações ocorridas na educação de jovens e adultos no Brasil no início do século XXI e “*Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*” (2001), Maria Clara Di Pierro, Orlando Joia e Vera Masagão Ribeiro, que discute o histórico da EJA no Brasil e a situação dessa modalidade de ensino até o início dos anos 2000. Além do tema EJA, busquei textos e artigos que tratassem sobre a juventude e as diferenças culturais no ambiente escolar, chegando a Pierre Bourdieu (1983) com o texto “*Questões de sociologia*”, o qual traz uma entrevista nomeada como “*A “juventude” é apenas uma palavra*”, trazendo a visão do autor sobre juventude, José Machado Pais (1990), com o texto “*A construção sociológica da juventude*”, que traz duas correntes sociológicas sobre a juventude e suas culturas e Juarez Dayrell (2007), “*A Escola “Faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*”, o qual discute as relações entre juventude e escola. Outros textos e autores que tratavam de temas sobre educação de jovens e adultos, juventude e educação também foram utilizados como aporte teórico para a pesquisa, como por exemplo, Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (9394/96), Lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (11.494/2007), Strelhow (2010), Dolla e Cossetin (2011), Agliardi (2012), Carrano (2007), Friedrich, Benite, Benite e Pereira (2010), Haddad e Di Pierro (2000 e 2015), Ribeiro (2014), Favero e Brenner (2006), artigo Aprendizagem em foco (2016), disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/> , Minayo (2010) , Lüdorf (2004) , .

² Disponível em: <http://www.scielo.br/>

A pesquisa “A nova cara da EJA. O aumento de matrículas de adolescentes e jovens na modalidade de ensino de jovens e adultos” tem como objetivos principais compreender e analisar porque alunos tão jovens passam a frequentar turmas da EJA e quais são as principais influências que motivam tal escolha. Buscando compreender também o que é ser jovem na sociedade atual e a visão da escola em relação a esses indivíduos e suas culturas. É importante ressaltar que a justificativa pela escolha do tema se deu pela observação feita em uma escola estadual em Duque de Caxias onde alunos com defasagem escolar ou evadidos eram incluídos em turmas da EJA, mesmo sendo sujeitos que poderiam frequentar turmas regulares de ensino. A visão da escola em relação a alguns desses indivíduos era de indisciplina e falta de interesse, mostrando a obrigatoriedade dos educandos em estarem enquadrados aos moldes escolares.

No trabalho produzido, descrevo no primeiro capítulo as transformações ocorridas na EJA ao longo do tempo, iniciando a partir dos anos 40 até os dias de hoje, mostrando as conquistas dessa modalidade de ensino e as características que vieram a ser construídas durante esses anos. Falar sobre a história da EJA é de extrema importância para o entendimento dessa pesquisa, pois através disso entenderemos as modificações ocorridas nessa modalidade de ensino, a qual era direcionada, prioritariamente, para adultos e idosos que não tiveram oportunidades escolares na idade adequada, mas que hoje recebe uma grande porcentagem de jovens que não estão matriculados no ensino regular, mostrando as brechas existentes no direito à educação para todos.

No capítulo seguinte disserto sobre a juventude e seus significados. Busco entender o que é ser jovem na sociedade e no ambiente escolar. Compreender a cultura jovem e seus anseios. As dificuldades que esses indivíduos encontram no ambiente escolar, facilitando na escolha pela desistência dos estudos e as perspectivas em relação a escola e a vida, quando decidem continuar a trajetória escolar. Disserto também sobre as características dos frequentadores dessa modalidade de ensino e o novo perfil dos alunos da EJA.

No último capítulo apresento a metodologia empregada na pesquisa de cunho qualitativo, tendo como sujeitos da pesquisa alunos frequentadores da EJA, com idade entre 15 e 18 anos, os quais optaram, por diferentes motivos, deixar o ensino regular e frequentar a modalidade de ensino de jovens e adultos. Para a coleta de dados, utilizei um roteiro semiestruturado para as entrevistas com os educandos, os quais são estudantes de diferentes escolas do Município do Rio de Janeiro.

Por fim, apresento as conclusões que foram pertinentes através do levantamento de dados e aporte teórico, respondendo as questões derivadas desse estudo. Trago também os anexos referentes a pesquisa, ou seja, o roteiro das entrevistas semiestruturadas e as respostas obtidas através dos alunos entrevistados.

CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL: DOS ANOS 40 AOS DIAS ATUAIS

A educação de Jovens e Adultos entra para o “cenário” da política educacional brasileira a partir dos anos 40. A realidade escolar daqueles que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os estudos já era mencionada em alguns textos normativos, como na Constituição de 1934, mas é a partir de 1940 que surge a preocupação de alfabetizar as camadas mais populares da sociedade. Talvez tal preocupação surja após a mudança do cenário político e econômico brasileiro, pois com a posse de Getúlio Vargas, nos anos 30, o Brasil, que vinha de uma economia majoritariamente de bens primários, começa a investir no processo industrial, surgindo assim, a necessidade de mão de obra qualificada para os novos meios de trabalho, como ressalta Haddad e Di Pierro (2000):

A extensão das oportunidades educacionais por parte do Estado a um conjunto cada vez maior da população servia como mecanismo de acomodação de tensões que cresciam entre as classes sociais nos meios urbanos nacionais. Atendia também ao fim e promover qualificações mínimas à força de trabalho para o bom desempenho aos projetos nacionais de desenvolvimento propostos pelo governo federal. Agora, mais do que características de desenvolvimento das potencialidades individuais, e, portanto, como ação de promoção individual, a educação de adultos, passava a ser condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111)

A necessidade de alfabetização ganha grandes proporções, surgindo diversas ações e programas governamentais. Nos anos 40, o Fundo Nacional de Ensino Primário e a Campanha de Educação de Adultos, podem ser destacadas pela importância nacional obtida. Em 1942, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, institui o Fundo Nacional de Ensino Primário, com o objetivo de realizar um programa progressivo que ampliasse a educação primária, incluindo o Ensino Supletivo, voltado para jovens e adultos que não obtiveram a oportunidade de ensino. Em 1945 o fundo é implementado e 25% dos recursos deveriam ser destinados ao ensino supletivo. Já em 1947 surge a Campanha de Educação de Adultos e tem o apoio do Governo Federal com o intuito de universalizar a educação de base, desenvolvendo também o ensino supletivo. Visando a importância da educação para a sociedade, a Campanha contou com a distribuição de fundos públicos para a criação e permanência do ensino supletivo integrado ao sistema estadual de ensino, mas não possuía um paradigma pedagógico específico para a alfabetização de adultos.

Em 1958, com a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido no Rio de Janeiro, a educação voltada para esse público ganha maiores preocupações, percebendo então que a modalidade de ensino para adultos vinha sendo trabalhada de acordo com os moldes da educação infantil, acreditando que esses indivíduos eram ignorantes e imaturos. Até então, o conhecimento de mundo adquirido por esses adultos era ignorado, sendo desconsiderado qualquer tipo de contribuição dos mesmos, os educandos recebiam apenas um conteúdo inadequado para o seu desenvolvimento escolar, sendo incapaz de questionar tais aprendizados. Nesse período as ideias Freirianas já eram propagadas no universo escolar, fazendo parte então desse congresso, o qual marcava “um novo momento no pensar dos educadores, confrontando velhas ideias e preconceitos” (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 112).

A educação de adultos no Brasil por muito tempo passou a ser vista apenas como educação política, alicerçando campanhas na intenção de conquistar a simpatia da população, deixando de lado o aspecto pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. No período de 1959 a 1964, diversas campanhas e programas fizeram o papel de trampolim para a conquista de cargos políticos, assim, a educação no país tinha, por um lado, a oportunidade de democratizar a escolarização básica, mas vinha atrelada a lutas políticas de grupos que disputavam o aparelho do Estado. Mesmo estando diretamente associada a movimentos políticos, campanhas e movimentos como De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos fizeram com que a educação passasse a ser enxergada de forma importante para o crescimento social, valorizando a cultura popular e a reconhecendo como um poderoso instrumento de ação política. Os ideais educacionais pensados por Paulo Freire eram cada vez mais propagados. A campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler mostrou que educação pode ocorrer em diversos ambientes, não apenas nos ambientes escolares. Iniciada em 1961 na periferia de Natal, o então prefeito eleito, Djalma Maranhão vê seu eleitorado cobrar as promessas feitas durante sua campanha, assim, o povo clama pela educação um dia prometida. Sem verba para a construção de escolas de alvenaria, ouve a opinião do povo e passa a construir acampamentos escolares feitos de chão batido e teto de sapê. A oportunidade de estudo estava “garantida” a diversas pessoas, mas a busca por professores foi um pouco mais sacrificante. A cidade de Natal contava apenas como uma escola normal, assim, se fez necessário a criação de cursos de emergência e o Centro de Formação de Professores, suprimindo a necessidade dos recursos humanos. Além dos professores, os acampamentos escolares contavam com a

contribuição, através de aulas, de artistas do povo, propagando a arte e o conhecimento popular.

Em 1964, diversas campanhas voltadas para educação popular sofrem com o golpe militar, desaparecendo ou se desestruturando devido à violência típica desse regime, fazendo com que educação volte a ser uma forma de controle e homogeneização de pessoas, assim como descreve Haddad e Di Pierro (2000):

A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar. A ruptura política ocorrida com o movimento de 64 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares. O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a “normatização” das relações sociais. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.113)

Com o intuito de “suprir” a carência educacional no país, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que visava alfabetizar e promover a educação continuada àqueles que não tiveram a oportunidade de estudos. Nesse movimento o indivíduo passa a ser responsabilizado por sua falta de conhecimento e pelo subdesenvolvimento do país, com isso, para garantir essa “alfabetização” o MOBRAL passa a recrutar diversas pessoas para desempenharem o papel de alfabetizadores, mas não era necessário qualquer método pedagógico para exercer tal função, bastava apenas ser alfabetizado e isso era reforçado em slogans do movimento, que diziam que todos eram responsáveis pelo ensino no país, chegando a descrever que as mãos dos analfabetos eram “domáveis”. Como a alfabetização vinha sendo desempenhada por qualquer indivíduo sem que fossem preparados para desempenhar tal função, a alfabetização passa a ser restrita, desenvolvendo apenas a habilidade de ler e escrever, desconsiderando a compreensão dos signos. Com isso, o fracasso escolar era novamente direcionado aos educandos, reforçando que a falta de compreensão e entendimento estava ligada exclusivamente ao aluno e não aos métodos de ensino e os supostos “professores”.

Na tentativa de permanência, o MOBRAL passa por diversas modificações, ampliando seus objetivos para outros campos, como a educação infantil e a educação comunitária, mas nada supria o fracasso de seu objetivo inicial de superar o analfabetismo, mesmo assim, esse movimento foi o projeto educacional com o maior incentivo e verba até então existente no país, sendo concedidos, por parte do governo, incentivos fiscais de até 2% de desconto no imposto de renda das empresas que destinassem recursos aos programas de alfabetização,

havendo também amparo às escolas particulares que desejassem manter cursos gratuitos de alfabetização. O Movimento Brasileiro de Alfabetização chega ao fim em 1985 e sua extinção traz diversas acusações, entre elas o desvio de recursos financeiros e a defasagem no aprendizado, pois diversas pessoas alfabetizadas pelo movimento acabaram desaprendendo a ler e escrever. Com a extinção do MOBRAL surge a Fundação Educar, contendo as mesmas características do Movimento.

Ainda no período militar, em 1971, a educação de Jovens e Adultos ganha um capítulo específico na legislação educacional, Lei Federal 5692, estendendo a educação básica obrigatória de 4 para 8 anos, constituindo também o ensino de primeiro grau e, logo após, criando as regras básicas para o provimento da educação supletiva corresponde a esse grau de ensino aos jovens e adultos. O ensino supletivo teria como principal objetivo a recuperação do atraso escolar, formando mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento nacional, descrito em Lei da seguinte forma:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acôrdo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação. (LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971)

O Supletivo trazia componentes significativos para o atendimento educativo, pois aqueles que não puderam concluir o ensino na idade correta contava com a flexibilidade e as várias modalidades de ensino, tais como: cursos supletivos, centros de estudos, ensino a distância, entre outros, além da aceleração, “pois o tempo estipulado para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular”. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p.62).

O Parecer do Conselho Federal de Educação n.699, de Valmir Chagas, descrevia de forma mais explícita os fundamentos e características da Lei 5692, considerando o Ensino Supletivo como o maior desafio proposto aos educadores brasileiros, pois vinha reorganizar o

antigo exame de madureza³, facilitando a certificação e aumentando a pressão por vagas em graus seguintes. Assim, o Ensino Supletivo tinha como objetivo repor a escolarização regular, formar mão-de-obra e atualizar conhecimentos e para isso os educadores deveriam receber formação específica para essa modalidade de ensino, enquanto as aprendizagens voltadas aos educandos ficaram a cargo do SENAI e SENAC.

O ensino supletivo abriu as portas para aqueles que não concluíram os estudos na idade regular, mas a aceleração a qual supre a defasagem idade/ano escolar fez com que a “clientela” dessa modalidade de ensino se tornasse cada vez mais nova. Di Pierro, Joia e Ribeiro nos mostram que a juvenilização do ensino supletivo impediu a construção de uma identidade pedagógica dessa modalidade de ensino descrevendo que:

O que ocorre, entretanto, é que a clientela dos cursos supletivos tornava-se crescentemente mais jovem e urbana, em função da dinâmica escolar brasileira e das pressões oriundas do mundo do trabalho. Nesse sentido, mais do que uma “nova escola”, voltada a um novo público, antes não atendido pela escola básica insuficiente, a educação supletiva converteu-se também em mecanismo de “aceleração de estudos” para adolescentes e jovens com baixo desempenho na escola regular”. (DI PIERRO; JOAIA; RIBEIRO, 2001, p. 64)

A inserção do ensino supletivo no Brasil dá os primeiros indícios da juvenilização do ensino de jovens e adultos, mas, a partir dos anos 90 é que começamos a enxergar a queda na idade dos alunos frequentadores dessa modalidade, pois a obrigatoriedade de oferta pública de ensino de primeiro grau nos primórdios do supletivo era apenas voltada as crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos.

1.1 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS APÓS 1985

O início da Nova República traz novos contextos educacionais e políticos para o país. Diversas ações implantadas pelo governo militar foram substituídas, entre elas, no contexto educacional e já citada anteriormente, o MOBRAL, dando início a Fundação Educar, a qual herda do movimento anterior a estrutura burocrática, concepções, práticas político-pedagógicas e seus funcionários. Vinculada diretamente ao Ministério da Educação, a Fundação tinha o papel de “supervisionar e acompanhar, junto às constituições e secretarias, o

³ Curso de educação de jovens e adultos que ministrava disciplina dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), DE 1961. As idades mínimas par o ingresso eram de 16 e 19 anos, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial. Exigia-se um prazo de dois anos a três para a sua conclusão em cada ciclo. Foi abolida pelo Decreto nº 709/69.

investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas”. (STRELHOW, 2010, p. 55), assim como “articular a política nacional de educação de jovens e adultos, criando atendimentos nas séries iniciais do ensino de 1º grau, promover a formação e o aperfeiçoamento dos educadores, produzir material didático, supervisionar e avaliar as atividades”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

A década de 80 traz uma grande mudança no cenário político brasileiro, trazendo também novos ares para a educação de jovens e adultos. As práticas pedagógicas direcionadas a esse público e construídas sob o ideário da educação popular ganhavam forças, pois durante o período militar, tais práticas foram abolidas ou trabalhadas de forma clandestina, já que eram contrárias aos pensamentos e ações do governo. Em 1988 a Constituição Federal garante o direito a educação pública e gratuita a todos, independentemente da idade, além de estipular um prazo de 10 anos para que haja o comprometimento e esforço dos governos e sociedade civil para a erradicação do analfabetismo no país. A educação de jovens e adultos ganha respaldo constitucional para o seu desenvolvimento, fazendo com que todos, sem exceção, pudessem dar continuidade aos estudos.

Alguns programas estaduais não vinculados a conselhos de educação tentavam suprir a carência educacional antes mesmo da Constituição de 1988, como foi o caso do PEJ – Programa de Educação Juvenil, que mais tarde passa a ser conhecido como PEJA. Surgindo no Rio de Janeiro, em 1985, o PEJ atendia especificamente jovens, entre 15 e 20 anos, que nunca haviam passado pela escola ou abandonaram os estudos no ensino primário. O programa tinha a coordenação de Darcy Ribeiro e sua proposta pedagógica estava moldada conforme as concepções de Paulo Freire, “explorando a leitura e escrita e ampliando-as para o conteúdo específico do ensino elementar”. (FAVERO; BRENNER, 2006, p.1). O programa foi implantado em 20 CIEPs no Município do Rio de Janeiro e suas aulas eram ofertadas no período noturno. Em 1987 o programa foi ampliado devido as reivindicações de alunos que buscavam níveis de escolarização mais adiantados. Por não ser vinculado a conselhos estaduais e municipais de educação, o PEJA era impossibilitado de emitir certificados, mas buscava formas diversificadas para encaminhar seus alunos da “5º série” ao ensino regular, como o ensino supletivo, pois “a falta de política unificada e com diretrizes curriculares definidas para a EJA na rede pública permitiu a coexistência, no município, do PEJA e das classes noturnas do ES, criadas pelo estado em escolas municipais, assim como do ensino regular noturno, também oferecido para jovens até 20 anos” (FAVERO; BRENNER, 2006, p.3).

Após a grande conquista de 1988, os anos 90 chegavam com ar de esperança para a educação brasileira, principalmente para a educação de jovens e adultos, mas não foi isso que aconteceu. Com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente após o regime militar, houve cortes governamentais com o “intuito” de conter a inflação, com isso, a Fundação Educar foi extinta, fazendo com que instituições conveniadas a ela arcassem sozinhas com a responsabilidade das atividades educativas. Essa medida trouxe a descentralização política da EJA, “transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios”. (FRIEDRICH; BENITE; BENITE; PEREIRA, 2010, p.398). O governo então cria o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, que prometia reduzir em 70% o analfabetismo brasileiro no espaço de cinco anos, mobilizando a sociedade a favor da educação de todos, envolvendo órgão governamentais e não governamentais. De acordo com Di Pierro e Haddad, “o PNAC prometia, dentre outras medidas, substituir a atuação da extinta Fundação Educar por meio de transferência de recursos federais para que instituições públicas, privadas e comunitárias promovessem a alfabetização e a elevação dos níveis de escolaridade dos jovens e adultos”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.121). O programa durou apenas um ano e não contava com o apoio de personalidades influentes da política, como Sérgio Costa e Darcy Ribeiro, que acreditava que os analfabetos adultos já estavam acostumados com a sua situação, sendo necessário focar na alfabetização das crianças do país. Com a falta de incentivo financeiro e político, a educação de jovens e adultos volta a declinar, obrigando os municípios, agora responsáveis pela educação dessa parcela da sociedade, a assumir tal educação com recursos próprios, muitas vezes não estando preparados adequadamente para fornecer a educação necessária a esses indivíduos.

A educação de jovens e adultos volta a era das trevas, não sendo pensada políticas capazes de garantir a educação desses indivíduos. Em 1994, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, pouca coisa foi feita para reversão da situação decadente que se encontrava a educação de jovens e adultos. Em 1996 é aprovada a nova LDB 9.394, mas não há mudanças significativas para essa parcela da sociedade, pois apenas reafirmava o direito de jovens e adultos obterem o ensino básico adequado de forma pública e gratuita, considerando essa modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria, trazendo também o rebaixamento das idades mínimas para submeterem aos exames do supletivo: 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Inicia-se assim a queda na idade dos alunos frequentadores da EJA, pois com a

nova LDB, a garantia na forma da lei respaldava alunos e corpo pedagógico na inserção de indivíduos com pouca idade na modalidade de ensino de jovens e adultos. Nesse mesmo ano é assinada a Emenda Constitucional nº 14/1996, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentado pela Lei 9.424/96, na qual é vetada a contabilização das matrículas no Ensino Fundamental nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, para fins de repasse de recursos, inviabilizando a contribuição financeira para a EJA, demonstrando verdadeiro descaso com essa modalidade de ensino.

A educação de jovens e adultos passa a ter características assistencialistas novamente. Em 1997 o Conselho da Comunidade Solidária, “fórum de desenvolvimento de ações sociais cuja base de funcionamento era a parceria entre governo federal, iniciativa privada e sociedade civil, gerenciado por uma organização não-governamental – Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária” (AGLIARDI, 2012, p. 9), cria o Programa Alfabetização Solidária, contando com uma equipe de 220 consultores, o programa tinha o objetivo de reduzir o índice de analfabetos no país, trabalhando com jovens e adultos entre 12 e 18 anos. Nesse período a EJA se encontrava em segundo plano, voltando a marginalização das políticas educacionais, não estando vinculada ao MEC e sendo vista apenas como ação social.

As restrições financeiras voltadas para a educação de jovens e adultos se perpetuaram até 2006, mas em 2003 essa modalidade de ensino volta a ter um pouco de atenção, sendo vista como uma dívida social, e é nesse mesmo ano que o MEC lança o Programa Brasil Alfabetizado. Com o intuito de garantir o direito constitucional de educação para todos, o programa tinha como público-alvo, jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade, que não tiveram oportunidade de iniciar ou dar continuidade aos estudos. O programa atendia todo o território nacional e tinha o objetivo de universalizar a educação, formando alunos e instruindo professores, mas o PBA trouxe um pensamento retrógrado, aos moldes de alfabetização de massa do passado, não pensando no letramento dos indivíduos, mas sim numa “alfabetização” curta e de baixo custo. O MEC cria também o Fazendo Escola, instituído em 2003 e com o intuito de “contribuir para enfrentar o analfabetismo e baixa escolaridade em bolsões de pobreza do País onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o Ensino Fundamental” (www.mec.gov.br/secadi; acesso em junho de 2017), mas outras ações voltadas para EJA não foram coordenadas pelo MEC, mas sim por outros núcleos, como Incri – Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (Proneira), a Secretaria Nacional de Juventude – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e o Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade educação de jovens e adultos - Proeja, garantindo o ensino nas instituições federais de ensino profissional. A criação do Proeja deu início ao pensamento profissionalizante na EJA, assim, a “Lei n.11.741 de 2008 alterou o capítulo da LDBEN sobre Educação Profissional e Tecnológica e modificou o Art. 37, para nele inserir um parágrafo estabelecendo que a EJA deva articular-se preferencialmente à educação profissional”. (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 212). Em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) passa a ser responsável pelas políticas dirigidas a grupos desfavorecidos no acesso à educação, entre eles, a EJA, assim, a atenção a educação de jovens e adultos deixa de ser coordenada pelo MEC.

No segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a EJA é incluída no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual consta a manutenção de um programa de alfabetização de jovens e adultos, mas não há monitoramento desse programa, assim, segundo Di Pierro e Haddad:

Os estudantes da EJA não foram incluídos nos sistemas de aferição de desempenho instituídos pelo Inep para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), fazendo com que os resultados de aprendizagem na modalidade estejam fora do campo de atenção dos gestores e de opinião pública. (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 208)

Em 2007 a lei nº 11.494 entra em vigor, regulamentando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, substituindo o antigo FUNDEF, mas agora incluindo todas as modalidades de ensino na distribuição de recursos financeiros para a manutenção da educação. Essa inclusão faz com que as matrículas presenciais da EJA sejam consideradas nos programas federais de alimentação, transporte escolar e livros didáticos, assim, a Educação de Jovens e Adultos passa a “existir” de forma concreta na distribuição e manutenção de recursos.

Em 2009 a EJA tem mais uma grande conquista, a Emenda Constitucional nº 59, a qual modifica a redação do artigo n.208 da Constituição, tornando obrigatório a educação básica da pré-escola ao ensino médio, incluindo aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada. Já em 2010 a EJA tem mais um avanço, pois os “Ministérios da Educação e da Justiça, assistidos pelos Conselhos Nacionais de Educação e de Política Criminal e Penitenciária, lograram acordo em torno das Diretrizes Nacionais para o Oferta da

EJA em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais” (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 2010), garantindo educação aqueles em que se encontram privados de liberdade.

Em 2011, a Secad passa a ser chamada de Secadi, pois passa a abranger a educação especial em sua gestão, trazendo com isso, a palavra inclusão em seu nome. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), também foi criado nesse ano, sob o mandato da Presidente Dilma Rousseff. Com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, o Pronatec é vinculado a empresas privadas e ao Sistema S, sendo ofertados cursos de curta duração, voltados a qualificação pontual para o posto de trabalho, mas desarticulando o ensino técnico a educação básica. A qualificação profissional na EJA é marcada nesse novo milênio, como mostra Di Pierro e Haddad:

A ênfase na qualificação profissional da mão de obra marca também a abordagem conferida à EJA n segundo Plano Nacional de Educação (PNE), finalmente consignado na Lei n. 13.005/2014 após longos debates no Congresso. O documento não adota o conceito de aprendizagem ao longo da vida, mas faz menção ao objetivo de superação do analfabetismo e menciona jovens e adultos nas metas de universalização da educação básica e inclusão escolar das pessoas com deficiência”. (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 213)

Os avanços na educação de jovens e adultos ocorreram lentamente, podendo garantir a visibilidade dessa modalidade de ensino apenas no novo milênio, já que a EJA, anteriormente, era vista como tópico secundário, sendo pensado apenas na educação infantil. Essa modalidade de ensino vem sendo negligenciada desde o início da escolarização no país, mas em 1988, com o direito a educação sendo constituído por lei, podemos observar como EJA era desvalorizada, já que a garantia a educação não abrangeu a todos. Mesmo com pequenos avanços, a EJA ainda é tratada de forma “desqualificada” e isso é notado pelo declínio das matrículas na modalidade em questão. Tal declínio pode ser associado a diversos fatores, entre eles, a falta da cultura do direito a educação na idade adulta, garantindo o ensino adequado aos jovens e adultos brasileiros. Mesmo com a queda nas matrículas, percebemos o aumento de jovens, cada vez mais novos, na EJA. Esse fenômeno pode estar associado a diminuição da idade aceitável para a frequência nessa modalidade de ensino e a defasagem idade/ano escolar dos educandos, assim, buscamos respostas para tal questão: Por que há tantos jovens frequentando a EJA?

CAPÍTULO 2 - O QUE É JUVENTUDE? UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

As representações pré-estabelecidas sobre o que é juventude nos faz acreditar que esse termo está diretamente associado a idade, englobando pessoas entre 15 e 29 anos ou a indivíduos com características biológicas acentuadas. De acordo com Pais (1990), “a juventude passa a ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável” (p.140), pois a essa parcela da sociedade são impostas determinadas características que, supostamente, são comuns a todos, mas que levam esses indivíduos a se conformarem no lugar social que os impõe. Segundo Bourdieu:

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (Bourdieu, 1983, p. 113).

A diversidade do “ser jovem” nos faz compreender esse termo em suas múltiplas dimensões, entendendo que não há uma única juventude, uma “cultura juvenil unitária”, mas sim, juventudes, explorando as diferenças sociais existentes entre esses indivíduos, deixando de categorizar esse termo apenas como um dado biológico, uma unidade social. “Historicamente e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados problemas sociais” (PAIS, 1990, p. 141). Problemas como o desemprego, a saída tardia do seio familiar e a conquista da casa própria são diretamente associados a juventude, mas nem todos os indivíduos pertencentes a essa parcela da sociedade podem encontrar as mesmas dificuldades, assim, percebemos que a juventude não é uma experiência vivida por todos da mesma forma. As diferenças de classes sociais irão exemplificar a pluralidade do termo juventude. Ao pensarmos em educação, nos damos conta que todos, ou quase todos os indivíduos irão frequentar uma instituição escolar. Alguns darão continuidade aos estudos até atingirem cargos importantes através de sua escolarização, outros, por necessidade, geralmente oriundos de classes sociais mais baixas, terão que encarar a inserção precoce no mercado de trabalho, entrando mais cedo no “universo adulto”, como exemplifica Bourdieu:

As escolas do poder e, em particular as grandes escolas, colocam os jovens em recintos separados do mundo, espécies de espaços monásticos onde eles levam uma vida à parte, fazem retiro, retirados do mundo e inteiramente ocupados em se preparar para as mais “altas funções”: aí, eles fazem coisas gratuitas, coisas que se costuma fazer na escola, puro exercício. Desde alguns anos quase todos os jovens têm tido acesso a uma forma mais ou menos

completa e principalmente mais ou menos longa desta experiência; por mais curta ou superficial que esta experiência tenha sido, ela é decisiva porque é suficiente para provocar uma ruptura mais ou menos profunda com o “isto é óbvio”. Conhecemos o caso do filho do mineiro que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isto significa entrar no mundo dos adultos. (BOURDIEU, 1983, p. 114)

A entrada precoce no mundo adulto pode ser uma das causas responsáveis pelo aumento da juvenilização da EJA. Para suprir determinadas necessidades, os jovens de classes sociais mais baixas são obrigados a deixarem a escola para inserção no mercado de trabalho, muitas vezes não chegam a concluir o ensino fundamental, assim, exercem funções com baixos salários. A busca por cargos mais altos e salários mais elevados faz com que esses indivíduos evadidos retornem aos bancos escolares, tomando agora uma posição de “jovem adulto”, pois mesmo cumprindo a função “adulta” da inserção no mercado de trabalho, ainda são jovens no conceito social e etário. Esse fenômeno pode ser entendido como um processo de reprodução social, pois o sistema escolar exclui da sua qualificação jovens de classes mais populares que encontram dificuldades diversas em continuar os estudos, como é definido por Bourdieu (1983).

A juventude, segundo Pais (1990) pode ser entendida como um “mito” ou “quase um mito”, pois nela são impostos fragmentos e atitudes que irão se difundir como algo verdadeiramente característico desses indivíduos. Alguns jovens irão tomar como realidade essa imposição, outros serão contrários a isso, assim, a cultura juvenil se torna uma construção social, “que existe mais como representação social do que como realidade” (PAIS, 1990, p.145). As culturas juvenis estão associadas a duas correntes que aparecerão referenciadas a um conjunto de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens partilham, com isso, percebemos que não há um conceito único para definir juventude, cabendo aqui ressaltar as principais correntes que trará um maior entendimento sobre esse termo: corrente geracional e corrente classista. A primeira lida com a juventude a partir do determinante biológico, que seria a definição de um período cronológico da vida do indivíduo e a segunda trata a juventude na sua forma heterogênea, através das trajetórias individuais impostas pela estratificação social.

A corrente geracional trata a juventude como uma “fase de vida”, unificando os jovens no fator etário. Nessa corrente o “ser jovem” corresponde a atitudes, características e interesses comuns entre um determinado grupo e essa similaridade irá se diferenciar de outros grupos etários, assim, segundo Pais (1990), a corrente geracional “admite-se a existência de

uma *cultura juvenil* que, de certa maneira, se oporia à cultura de outras gerações (das gerações adultas, mais concretamente) ”, ou seja, nessa corrente a cultura juvenil será algo específico, associada a uma unidade grupal definida em termos etários e vivida por toda uma geração. De acordo com Pais, “as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares” (PAIS, 1990, p.154). Mas como ocorreria essa interiorização dos valores culturais por esses indivíduos? Há a possibilidade da continuidade ou ruptura do processo de interiorização da cultura, sendo possível a oposição de valores consolidados por gerações mais velhas ou a continuidade ou complementação dessa cultura, como explica Pais no trecho a seguir:

Ou seja, de acordo com esta corrente, a valorização da problemática da juventude justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade intergeracionais. Essa problemática tem sido polarizada, como atrás se sugeriu, em torno de duas posições: uma, tendente a sublinhar os aspectos de continuidade e reprodução da cultura adulta na cultura juvenil; a outra, mais propensa a destacar aqueles aspectos que implicariam descontinuidades entre as várias gerações. (PAIS, 1990, p. 154).

Essa corrente traz dois aspectos referentes a relação entre jovens e não jovens sobre a transmissão de valores de uma geração para outra. O primeiro se refere ao relacionamento “aprobemático”, na qual não haverá conflitos entre uma geração e outra, aceitando a cultura juvenil como parte integrada da cultura adulta, havendo então a complementação das culturas. Já a relação problemática trará o rompimento com a reprodução de valores, havendo então culturas diferentes, “pautas culturais incompatíveis, ou, de algum modo, divergentes, ou só muito relativamente articuláveis, sob o mesmo tecto cultural” (PAIS, 1990, p.155). Essa *contracultura* juvenil, contrária à cultura adulta, traz certos conflitos entre jovens e adultos, ameaçando a cultura dominante (cultura adulta), a qual impõe regras que regem a sociedade. Esses conflitos podem ser observados no meio escolar, no qual são impostas ações tidas como “adequadas” para aquele ambiente, conflitando as atitudes “inadequadas” da juventude. Tais regras são impostas como necessárias para que haja um bom funcionamento escolar, assim, aqueles que não agem de forma “adequada”, muitas vezes são convidados a se retirarem daquele espaço.

A corrente classista traz como foco a reprodução das classes sociais, contrapondo os valores culturais trazidos pela corrente geracional. Assim, a corrente classista considera as diferentes oportunidades vivenciadas por jovens de distintas classes sociais, acreditando então em “culturas juvenis”. De acordo com Bourdieu, em uma sociedade haverá dois tipos de juventude, a juventude burguesa e a juventude operária, vivendo anseios e atitudes diferentes, conseqüentemente, existindo culturas diferentes, juventudes distintas. É preciso se atentar para essas juventudes, pois as diferenças de classes não irão igualar esses indivíduos, mas sim promover a desigualdade de oportunidades, mas isso não quer dizer que jovens pertencentes a mesma classe social vivenciarão as mesmas coisas. Nessa corrente, acredita que os valores vividos pelos jovens são reproduções das classes sociais pertencentes, com isso, a cultura juvenil resistirá à ordem vigente, ocorrendo assim uma luta de classes.

Podemos considerar a visão da corrente classista como a juventude sendo um agrupamento social, o qual irá analisar as culturas juvenis em função das diferentes pertenças de classe, situação econômica, interesses, oportunidades ocupacionais, havendo sempre uma luta para conquistar oportunidades direcionadas para aqueles pertencentes a classes sociais mais elevadas. Essa pluralidade da juventude nos remete as situações existentes nos espaços escolares, pois enquanto jovens com poderes aquisitivos mais elevados tendem a concluir seus estudos, buscando sempre um nível educacional maior, para então chegar à fase adulta com funções superiores e salários elevados, jovens de classes sociais mais baixas, muitas vezes evadem as escolas para se inserirem no mercado de trabalho, sendo direcionados, devido ao baixo nível escolar, a empregos com baixa remuneração, mas que será necessário para suprir a carência na qual vive. Isso não significa que todos os jovens de classe social baixa terão esse mesmo destino, pois muitos darão continuidade aos estudos, buscando oportunidades melhores e lutando contra as imposições criadas para garantir a desigualdade.

Ao falarmos em juventude como construção social, estamos nos referindo ao lugar o qual o jovem é imposto na sociedade, sendo caracterizados por atitudes e ações impostas a eles e que contrapõe o pensamento dos mais velhos, surgindo um conflito entre esses indivíduos, pois ações juvenis podem ser vistas e interpretadas pelos adultos como algo conflitante. Como forma de garantir a “obediência” desses indivíduos, as políticas pensadas para eles são construídas por adultos, como forma de garantir a cultura adulta como algo correto, podando os jovens e suas atitudes, tidas, em sua maioria, como algo incorreto e indisciplinar. Assim, contrariando essa hegemonia, os jovens tendem a lutar pela sua

liberdade cultural, mostrando através de atitudes, música, roupas, fala, que sua cultura também deveria ser aceita na sociedade.

2.1 - JOVENS E A EJA: O AUMENTO DAS MATRÍCULAS DE ADOLESCENTES E JOVENS NESSA MODALIDADE DE ENSINO

A educação de jovens e adultos passou por grandes transformações ao longo dos anos. Com a finalidade de garantir educação aqueles que não puderam frequentar a escola no período adequado, a EJA vem se adaptando as mudanças impostas a ela, exercendo funções como: supletivo (visando acelerar a formação), equiparação idade/ano escolar e, atualmente, atendendo a população oriunda de processos de exclusão. Nos anos 90, a aprovação da LDB trouxe o objetivo de eliminar o analfabetismo através da oferta de cursos e exames destinados à população de jovens e adultos, diminuindo também a idade para matrículas nessa modalidade de ensino, assim, ao falarmos em educação de jovens e adultos atualmente, não poderemos associar apenas a um público composto por adultos e idosos, mas sim, adolescentes e jovens que ganham cada vez mais espaço na EJA.

A redução da idade mínima para o acesso aos “supletivos” trouxe para a educação de jovens e adultos a ideia de aceleração de ensino, assim, muitos jovens evadidos do sistema regular de ensino⁴ enxergaram nessa modalidade uma forma de recuperar o tempo “perdido” e as instituições regulares de ensino, por sua vez, ganharam respaldo na expulsão dos alunos que não são considerados aptos para permanecerem no ensino regular. A diminuição da idade mínima para matrículas na EJA acarretou no aumento de jovens e adolescentes frequentadores dessa modalidade, mostrando a grande fragilidade do sistema regular, o qual oferece a seus alunos experiências escolares mal sucedidas, com elevados índices de reprovação, evasão escolar e exclusão do sistema de ensino. Os adolescentes e jovens quando passam a frequentar a EJA, “estão desmotivados, desencantados com a escola regular apresentando com frequência comportamentos indisciplinados, sendo, portanto, vistos como problemáticos” (DOLLA; COSSETIN, 2011, p.6).

No passado, os alunos eram direcionados para a educação de jovens e adultos devido a problemas de aprendizagem, hoje, os alunos com defasagem idade/ano escolar, indisciplinados ou violentos, são direcionados para essa modalidade, pois não são adequados

⁴ O termo “ensino regular” utilizado nessa pesquisa se refere ao ensino fundamental e médio descrito na lei como “idade adequada” para conclusão de determinados ciclos escolares.

para o ensino regular. Tal direcionamento é feito, em sua maioria, pelo próprio corpo pedagógico, com a justificativa de adequar os alunos a turmas mais apropriadas, assim, a modalidade de ensino de jovens e adultos ganha uma visão diferente para cada público que a frequenta: de um lado, adultos com uma perspectiva de interação sociocultural, de outro, jovens que, em alguns casos, mantêm uma relação de tensão e conflito com a escola, enxergando na EJA uma oportunidade de acelerar os estudos. O conflito existente entre jovens e o ambiente escolar se dá pelo fato dos “jovens carregam consigo o estigma de alunos-problema, que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.127).

Os conflitos geracionais existentes no ambiente escolar regular é um dos responsáveis pelo aumento das matrículas de jovens na EJA. A não aceitação da cultura juvenil nas instituições provoca nos jovens uma sensação de não pertencimento, contribuindo para evasão do ensino regular. A cultura juvenil entra em conflito com a cultura dominante, a adulta, a qual cria leis e regras que devem ser seguidas por todos. No ambiente escolar a hegemonia adulta pode ser vista a todo momento, revelando uma “hierarquia na composição de lugares sociais na escola, na qual o *menor, o não adulto*, ocupa posições subalternas em relação ao adulto” (SCHNEIDER; FONSECA, 2013, p.231), assim, percebemos que o lugar do jovem no ambiente escolar se limita apenas a aceitação de ordens, não permitindo que esses indivíduos demonstrem seus interesses e anseios. De acordo com Sacristán (apud Schneider; Fonseca, 2013, p. 232):

[...] a divisão entre menores e adultos é uma das categorias que sustentaram a ordem hierarquizada que situa os indivíduos em lugares determinados da ordem social ao longo da história em diferentes culturas, chegando a construir uma das condições das sociedades modernas. (SACRISTÁN, 2005, p. 40)

A padronização dos alunos e a exigência de os mesmos terem comportamentos “adequados” para o ambiente escolar, faz com que a juventude ali presente aceite ou não essas imposições, caracterizando os educandos como indivíduos padrões ou inadequados para aquele espaço. Essa inadequação imposta pelo corpo pedagógico, cultura dominante, influência a evasão escolar, pois os jovens não se adequam as regras que são impostas a eles, mas que são vistas pelos adultos como algo essencial para o bom funcionamento escolar, como descreve Schneider e Fonseca:

Enfileirar as mesas, uma a uma, de modo a individualizar lugares de alunos, e favorecer a vigilância, o controle e a identificação e punição do aluno que está se *desviando* da conduta definida pelos padrões da normalidade da escola, é um procedimento disciplinar que está nas raízes da cultura escolar e regulação do espaço-tempo que constitui. (SCHNEIDER; FONSECA, 2013, p. 238).

As normas e regras que são impostas pelo corpo pedagógico no ambiente de ensino regular também são encontradas nas turmas da EJA, mas, por se tratarem de turmas direcionadas para um público adulto, entende que há uma maior facilidade no cumprimento das mesmas, sem que haja necessidade de reiterar tais obrigatoriedades, assim, os jovens quando direcionados para turmas da EJA “entendem” que ali é um ambiente de segunda chance, tentando se adequar as regras impostas para dar continuidade aos estudos, já que as escolas regulares não aceitaram suas atitudes e comportamentos, assim, a educação de jovens e adultos é vista não apenas como uma nova oportunidade, mas como um limbo, aceitando aqueles que não são bem vindos no ensino “tradicional”.

As instituições escolares, em geral, não se preocupam com a realidade vivida por seus educandos. Não se reestruturou de forma a criar diálogos com os sujeitos frequentadores e suas individualidades, apenas segue uma hierarquia construída para impor o poder daqueles que são vistos como detentores do conhecimento, esquecendo que ali encontramos indivíduos de direitos, com cresças e opiniões próprias. De acordo com Dayrell (2007), a escola costuma enxergar a juventude com um olhar preconceituoso, resultado de uma cultura associada a irresponsabilidade, assim, os jovens são vistos como aqueles que não obedecem a ordens, descompromissados, indisciplinados, como descreve no trecho abaixo:

[...] predomina uma representação negativa e preconceituosa em relação aos jovens, reflexo das representações correntes sobre a idade e os atores juvenis na sociedade. É muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um “vir a ser”, projetada para o futuro, ou o jovem identificado com um hedonismo individualista ou mesmo com o consumismo. Quando se trata de jovens pobres, ainda mais se forem negros, há uma vinculação à ideia do risco e da violência, tornando-os uma “classe perigosa”. Diante dessas representações e estigmas, o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer. A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta. (DAYRELL, 2007, p.1117).

Assim, entendemos que a cultura juvenil entra em conflito com aqueles que as contesta, não havendo o diálogo entre os grupos conflitantes, nesse caso, a escola e os jovens

frequentadores desse espaço, contribuindo para evasão daqueles que não aceitam as imposições feitas pelos adultos. De acordo com Carrano (2007), os jovens enxergam o espaço escolar como algo não atrativo, pois sua cultura é anulada, assim, se compreende “as razões pelas quais os jovens podem identificar o espaço escolar como desinteressante, uma vez que eles não se reconhecem numa instituição onde suas culturas não podem se realizar nem tampouco podem se fazer presentes” (CARRANO, 2007, p.8).

Ao estabelecer uma idade limite⁵ para as matrículas na EJA, deixou a ideia de que haverá também uma idade limite para a conclusão da escolaridade, assim, a faixa etária ideal para o término do ensino fundamental é de 14 anos, considerando os indivíduos acima dessa faixa como invasor do ensino regular, com isso, se tornou comum encontramos adolescentes a partir de 15 anos incluídos em turmas de jovens e adultos. Problemas como evasão e retenção, que influenciará na defasagem idade/ano escolar, trarão como consequência o “convite” do corpo pedagógico para que esses alunos passem a frequentar turmas mais “adequadas” ao perfil desses educandos, ou seja, a educação de jovens e adultos.

Além de problemas intraescolares já citados, algumas questões sociais fazem com que esses educandos optem pela evasão do ensino regular e se incluam na modalidade de ensino de jovens e adultos, são eles: vulnerabilidade, trabalho e gravidez precoce. De acordo com o Censo escolar de 2016, o número de indivíduos matriculados na EJA era de cerca de 3,4 milhões, sendo 30% desse total, jovens com idade entre 15 e 19 anos. Dados coletados através do IBGE (Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostra que há 1.543.713 jovens, entre 15 e 17 anos, fora da escola. A taxa de jovens na faixa etária de 16 anos que não concluíram o ensino fundamental e não estudam e nem trabalham é de 22%, já aqueles que não concluíram o ensino médio e estão na faixa etária de 19 anos, também inseridos no “nem, nem”⁶, chega a 35,5%. Retirando dos cálculos jovens que já concluíram o ensino médio, o número de jovens fora do ambiente escolar cai para aproximadamente 1,3 milhões, sendo os indivíduos negros mais propensos para evasão. De acordo com artigo Aprendizagem em foco (2016), a maior causa de evasão escolar entre adolescentes é a elevada taxa de gravidez, aumentando a porcentagem de mulheres jovens fora dos espaços escolares:

⁵ Entende-se como idade limite àquela descrita na lei como “adequada” para a conclusão de determinados ciclos escolares.

⁶ Termo utilizado para designar indivíduos que nem estudam e nem trabalham. Faz-se necessário descrever que este termo é de origem europeia e sua utilização, dentro dessa comunidade, é para designar indivíduos que já concluíram os estudos, mas se encontram fora do mercado de trabalho. Na pesquisa o termo foi utilizado para descrever indivíduos que não concluíram os estudos e não estão empregados.

Outra característica marcante do grupo de jovens que parou de estudar precocemente é a elevada taxa de gravidez entre adolescentes. Do total de 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola sem Ensino Médio concluído, 610 mil são de mulheres. Entre essas mulheres que abandonaram a escola precocemente, mais de um terço delas (o equivalente a 212 mil) já eram mães. Entre as 4,2 milhões de mulheres que ainda estavam estudando, apenas 95 mil já eram mães (ou 2% do total das que ainda estudavam). (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, N°5).

Em relação ao mercado de trabalho o número de indivíduos evadidos tem uma maior porcentagem entre os homens, sendo dois terços trabalhadores ou que estão em busca de inserção no mercado de trabalho. A inserção precoce no mercado de trabalho com níveis escolares tão baixos é preocupante. “Sem as habilidades necessárias para conquistar uma vaga no mercado formal, o mais comum é que esses jovens se ocupem no setor informal, sem direitos trabalhistas e com mais instabilidade” (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, N°5). Essa inserção precoce está associada a vulnerabilidade desses indivíduos, pois estando em situações precárias, se referindo a falta de alimentação e moradia, os jovens tendem a evadir os bancos escolares na procura de empregos que possam ajudar financeiramente a família. Com baixa escolaridade são inseridos em postos de trabalhos precarizados, recebendo baixo salário, inseridos nessa realidade, os jovens evadidos buscam a EJA como forma de recuperar o “tempo perdido”, na esperança de conquistar maiores níveis escolares e, conseqüentemente, empregos melhores.

De acordo com dados do IBGE, a média de idade para a permanência na escola é de 14 anos, a partir dos 15 anos a proporção de alunos evadidos aumenta significativamente, e aos 17 anos essa média de evasão chega a 19% (já excluindo os alunos que completaram o ensino médio). O índice de evasão é preocupante quando se trata de defasagem idade/ano escolar, mostrando que os problemas intraescolares é um dos principais responsáveis pela evasão, como é descrito no artigo aprendizagem em foco:

O estudo feito por Reynaldo Fernandes em 2010 e já mencionado nesta edição concluiu que o atraso escolar, decorrente principalmente das elevadas taxas de repetência no Brasil, é a principal característica dos alunos com alto risco de abandono. Até os 8 anos de idade, essa taxa é praticamente nula. A partir daí, cresce exponencialmente, até chegar a 37% aos 17 anos de idade. É um dado preocupante, mas que já foi pior: em 2004, eram 55% nessa mesma idade. (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, N°5)

Os problemas intraescolares e extraescolares aqui descritos são diretamente responsáveis pelo aumento das matrículas de jovens e adolescentes na EJA. Ao evadirem o sistema regular de ensino, os jovens encontram na modalidade de ensino de jovens e adultos

uma oportunidade de concluir os estudos, muitos ainda em idade “adequada” para inserção no ensino regular. A ideia de aceleração⁷ ainda é uma visão deturpada dessa modalidade de ensino, mais é o principal atrativo da EJA para esses jovens. Em relação ao corpo pedagógico das instituições regulares de ensino, a EJA é vista como uma “solução de problemas”, já que ali são inseridos alunos que não estão adequados para frequentarem o ensino regular, assim, essa modalidade de ensino pode ser associada a uma forma de punição para aqueles que não conseguem se adequar as exigências do ensino regular, assim, é comum vermos jovens, a partir dos 15 anos sendo inseridos na EJA, por defasagem idade/ano escolar ou indisciplina, mostrando implicitamente que no ensino regular há uma idade adequada para sua inserção.

⁷ Alguns jovens ainda têm a ideia deturpada da EJA como aceleração escolar, associando essa modalidade de ensino a redução da permanência na escola.

CAPÍTULO 3 - CAMP VILA DA PENHA E OS JOVENS FREQUENTADORES DESSE ESPAÇO

Dentre o que já foi descrito nos capítulos anteriores, se fez necessário buscar dados, através de pesquisa de campo, que comprovassem a veracidade da inserção de jovens, entre 15 e 18 anos, na EJA, assim, além de dados bibliográficos coletados através dos aportes teóricos já descritos na introdução da pesquisa, essa monografia obteve também dados empíricos, abordando a realidade da mesma. De acordo com Minayo (2010), entende-se por metodologia o caminho e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia compreende a teoria da abordagem (método), as técnicas e a criatividade do pesquisador, articulando a teoria com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. Lüdorf (2004) segue a mesmo sentido de Minayo, afirmando que o método é conjunto de procedimentos que serão adotados para fins específicos de uma pesquisa, incluindo algumas técnicas ou instrumentos, os quais deverão ser descritos.

Para dar continuidade a pesquisa, se fez necessário buscar alunos frequentadores da EJA com idades entre 15 e 18 anos, mas a inserção nas escolas que ofereciam o ensino regular e a educação de jovens e adultos não foi tranquila, pois ao especificar o motivo da pesquisa os coordenadores das instituições não permitiam que a mesma ocorresse na escola. Alguns coordenadores solicitavam o questionário elaborado para que fosse analisado, após uma breve avaliação, a negação era feita, dificultando a busca por indivíduos que, por motivos internos ou externos a escola, passaram a frequentar a EJA, assim, para conseguir buscar respostas vindas dos indivíduos que vivem essa realidade, optei por uma ONG que trabalhasse com adolescentes e jovens estudantes, chegando ao CÍRCULO DOS AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO – CAMP Vila da Penha, que trabalha com jovens de 16 a 22 anos, os inserindo no mercado de trabalho através de programas como Jovem Aprendiz e estágios.

Localizado no bairro de Vaz Lobo, Rio de Janeiro, o CAMP surgiu em 1992, com o apoio da FEEM (Fundação Estadual de Educação do Menor), atual FIA (Fundação para Infância e Adolescência), desenvolvendo ações que promovem o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para a permanência e o retorno dos jovens às instituições escolares. O CAMP oferece oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mas, como exigência, os interessados devem estar estudando ou já ter concluído o ensino médio, oferecendo também oportunidades aqueles que já estão no ensino superior.

Para inscrição na instituição, os jovens devem se encaminhar até o local e preencher uma ficha⁸ contendo dados pessoais e escolares. À medida que as vagas vão surgindo, dependendo da necessidade das empresas conveniadas a ONG, os jovens são selecionados e direcionados para participarem da entrevista feita pelas empresas. A seleção dos jovens é feita através da idade, nível de escolaridade e do bairro o qual reside, já que as empresas optam pela contratação daqueles que moram mais próximo ao local de trabalho. Uma vez contratados, os jovens são encaminhados novamente ao CAMP, lá assinam o contrato e recebem todas as instruções necessárias, incluindo a exigência de estarem presentes na ONG uma vez por semana para terem aulas específicas do cargo o qual foram inseridos e conhecimento geral. As aulas são ministradas três vezes por semana (terça: manhã e tarde, quinta: manhã e sexta: manhã), mas a obrigatoriedade de frequência é de apenas um dia, geralmente especificado pela empresa pela qual foi contratado. A presença nas aulas ministradas pelo CAMP é obrigatória, pois a mesma conta como um dia de trabalho e os jovens devem assinar uma folha de ponto, além da chamada feita pelos professores. Por se tratar de uma extensão do trabalho, atrasos, faltas e vestimentas inapropriadas não são permitidos, pois, de acordo com a coordenadora da instituição, os jovens devem adquirir responsabilidade. O aumento das faltas ou advertências recebidas por esses indivíduos acarretará no desligamento dos mesmos da empresa a qual presta serviço. A duração do curso ofertado pela ONG são 11 meses, mesmo período o qual os jovens permanecem na empresa. Ao término do contrato esses jovens podem ser contratados pela empresa, apenas os que já estão na maior idade, ou solicitar ao CAMP uma nova oportunidade, sendo direcionado a novas entrevistas. A aprendizagem só pode ser renovada três vezes, após isso, o jovem é desligado da instituição.

Os jovens ali presentes, em sua maioria, são moradores de comunidade de risco e, de acordo com a assistente social da instituição, o direcionamento para o mercado de trabalho se dá, preferencialmente, a esses indivíduos, pois os mesmos são os mais vulneráveis a problemas sociais. Muitos desses jovens estão fora do ambiente escolar, mas para conseguir uma oportunidade se veem obrigados a retomarem os estudos, pois, como citado anteriormente, sua inclusão no CAMP só poderá ser feita caso o jovem esteja matriculado em alguma instituição escolar. O retorno desses jovens aos bancos escolares traz uma nova perspectiva para esses indivíduos, enxergando a educação como uma possibilidade de crescimento dentro do mercado de trabalho. Dos jovens matriculados na instituição, 53% são

⁸

homens e, da totalidade de indivíduos ali presentes, 89% são maiores de idade, com escolaridade acima do nível fundamental. No final de cada ano a assistente social seleciona o boletim de alguns jovens, pois de acordo com ela, alguns desses indivíduos se matriculam nas escolas apenas para conseguir uma vaga no CAMP, evadindo assim que a oportunidade é conquistada, assim, há uma forma de “controle” na qual, segundo a assistente, impede a desistência desses jovens de evadirem a escola.

3.1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS

A inserção no CAMP Vila da Penha se deu através da Luciana Barcelos, amiga de faculdade e professora da instituição há 12 anos. Luciana, ciente da minha inquietação e dificuldade de inserção em campos de pesquisa, selecionou alguns alunos que se encontravam matriculados na EJA e solicitaram a autorização dos mesmos para uma pesquisa. De 12 alunos selecionados, 6 aceitaram conversar sobre sua trajetória escolar, mas apenas 4 se sentiram confortável em permitir que suas histórias fossem descritas nessa monografia.

Como citado anteriormente, para comprovar a veracidade da realidade vivida por determinados indivíduos evadidos do ensino regular e matriculados na EJA, foi necessário ir a campo e ouvir desses sujeitos sua trajetória e desconforto escolar. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário semiestruturado⁹, pois facilitava uma conversa mais específica e aberta sobre as inquietações dos jovens em relação ao ambiente escolar. De acordo com Minayo (2010, p.61), “o trabalho de campo permite aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social”, assim, a escolha pela entrevista se deu pelo fato de:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objeto. MINAYO (2010, p. 64).

⁹

Anexo 2

Todas as entrevistas foram realizadas no CAMP Vila da Penha no mês de setembro de 2017, de forma individual para que os jovens se sentissem confortáveis em responder o questionário. Participaram da entrevista 4 jovens, três homens e uma mulher, entre 16 e 18 anos. Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes foram modificados, mesmo recebendo a autorização dos entrevistados maiores de idade para colocar em suas entrevistas os seus verdadeiros nomes. Para manter uma certa aproximação com esses indivíduos, durante dois meses frequentei a instituição apenas como observadora, assim, pude conhecer um pouco mais os meus entrevistados. Portanto, com a finalidade de entender e compreender as indagações trazidas nos capítulos anteriores, optei em dar voz aos atores dessa realidade, atribuindo significado a essa pesquisa. Cabe ressaltar que os alunos entrevistados estão matriculados em diferentes instituições escolares, frequentando o CAMP Vila da Penha apenas como um curso preparatório para a função que desempenham no mercado de trabalho.

As perguntas utilizadas no roteiro foram necessárias para que houvesse uma maior compreensão das aflições e situações vividas por educandos em sua trajetória escolar. Aqueles que optaram evadir a escola regular de ensino e se inserir na educação de jovens e adultos por motivos extraescolares enxergam nessa modalidade uma segunda chance, já os que foram convidados a se retirarem do ensino regular, tem a EJA como uma forma de punição, pois não queriam estar inseridos nas salas de aula direcionadas para aqueles que não tiveram chance de estudar no período adequado. Segue abaixo as perguntas que conduziram as entrevistas com os jovens educandos da EJA:

1. Nome, idade e local de residência?
2. Em que ano está e em qual município está localizada sua escola?
3. Há quanto tempo frequenta o CAMP? E como conheceu a instituição?
4. Já repetiu de ano alguma vez? Quantas?
5. Alguma vez já deixou de estudar? Por quê?
6. Caso já tenha evadido, qual o objetivo em voltar a estudar?
7. Por que optou em frequentar uma turma da EJA?
8. Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação dentro da escola?
9. O que pensa sobre sua escola e turma?

Encontrar alunos que falam abertamente sobre as dificuldades existentes em sua trajetória escolar não é fácil. Dos alunos que viveram ou vivem nessa situação a maioria, não estão abertos para conversarem sobre o seu olhar em relação ao ambiente escolar. Muitos acreditam que por estarem inseridos em uma instituição que tem como obrigatoriedade a frequência escolar, falar algo negativo sobre a escola poderá trazer consequências, por isso preferiram “aguentar” calados as aflições vividas. Durante uma conversa informal, uma das frequentadoras do CAMP me informou que seu maior questionamento em relação ao ambiente escolar está associado aos conteúdos, tido por ela como “desnecessários”, ofertado pelas escolas, mas, ao receber um olhar desaprovador de uma amiga, se cala, dizendo apenas que falou demais. No intuito de dar continuidade a sua fala, digo que sua opinião é interessante, mas ela diz que não poderia falar aquilo para uma futura professora e que ela também gostaria de ser professora, por isso não deveria pensar daquele jeito. Assim, percebo que a escolarização é tida, por alguns indivíduos, como algo que não deve ser modificado, mesmo não acreditado naquilo que é fornecido nos ambientes escolares. De acordo com Carrano, o currículo escolar é algo considerado pelos jovens como desinteressante, mas, as instituições escolares tida como algo inabalável, não permite que esses questionamentos sejam levantados, obrigando os que enfrentam as escolas aceitarem aquilo que é imposto, como é descrito no trecho abaixo:

Além das dificuldades de acesso e permanência na escola, os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam predominantemente para a oferta de conteúdos curriculares considerados pouco interessantes pelos jovens. Isso implica em dizer que as escolas têm se apresentado como instituições pouco abertas para a criação de espaços e situações que favorecem experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza curricular ou extra-escolar. (CARRANO, 2007, p. 6)

Como conteúdo principal para elaboração desse trabalho, considero os dados extraídos através das entrevistas como algo de extrema importância. Poder ouvir e compreender indivíduos que estão frequentando a EJA de forma precoce nos faz compreender um pouco mais sobre o assunto aqui abordado. Para melhor entendermos os diálogos extraídos nas entrevistas, se achou necessária uma pequena apresentação dos sujeitos participantes:

- Victor: Aluno do CAMP há 8 meses, tem 18 anos e reside em Duque de Caxias. Mora com alguns parentes, sua mãe reside em Anchieta, mas, de acordo com ele, prefere ficar em Duque de Caxias. É repetente e já evadiu a escola duas ou três vezes, não sabe ao certo a quantidade. Optou em voltar a estudar devido as

obrigações militares. Victor gostaria de servir, mas devido à baixa escolaridade ficou na reserva militar. Optou pela EJA sob a influência de um coordenador da instituição na qual estuda. Já sofreu preconceitos na turma regular de ensino devido a sua idade, quantidade de vezes que repetiu e o fato de sua mãe ser lésbica. Acredita que a EJA é uma forma de aceleração dos estudos.

- João Antônio: Chegou ao CAMP por intermédio da irmã, estando na instituição há 3 meses. Tem 16 anos e mora no bairro de Madureira. Nunca evadiu a escola, mas devido a indisciplina e a sua idade, foi direcionado para turma da EJA. Está no sexto ano do ensino fundamental e alega que estudar a noite é algo “chato”, principalmente as sextas-feiras, pois gosta de sair para o baile. De acordo com João, a EJA só tem uma coisa boa: o tempo que levará para concluir os estudos, e agradece a “insuportável” da diretora por ter o transferido para o horário da noite, pois não precisará mais “aturar” os sermões dados por ela.
- Maria Luiza: 18 anos, irmã de João Antônio. Procurou o CAMP para auxiliar na renda de casa, já que mora apenas com a mãe e o irmão e a única renda da casa era de sua mãe. Evadiu a escola devido à mudança de cidade, pois optou em morar com o pai durante um ano, mas não conseguiu escola na cidade para onde foi. Optou pela EJA para acelerar os estudos, pois além da evasão já repetiu 2 vezes, sexto e oitavo ano. Atualmente está terminando o primeiro ano do ensino médio. Sentia-se constrangida na turma regular de ensino, pois era a mais velha dos colegas. Não teve influência do corpo pedagógico para sua transferência para uma turma da EJA, mas alega que os professores dessa modalidade têm mais paciência com os alunos.
- Guilherme: Aluno do CAMP há 1 mês. Decidiu voltar a estudar pois era uma obrigatoriedade para a inclusão no CAMP. Estava fora do ambiente escolar há 2 anos, pois precisava trabalhar para ajudar na renda familiar. De acordo com o aluno nunca gostou de estudar e isso ocasionou 2 transferências e uma expulsão. Sempre foi considerado o “aluno problema” e associa esse mal comportamento as dificuldades enfrentadas no ambiente familiar. Nunca enxergou a escola como um projeto para o futuro, mas, depois de conseguir seu primeiro contrato de trabalho acredita que através dos estudos poderá crescer. De acordo com ele,

sempre sofreu preconceito, pois assim que chegava na sala de aula os professores o olhava de forma diferente. A inclusão na EJA não foi uma opção, mas sim algo obrigatório, pois ao solicitar o retorno a escola a “moça da secretaria” o informou que para a sua idade só poderia o incluir na EJA. Atualmente cursa o sexto ano do ensino fundamental e está com 17 anos.

As diferentes trajetórias escolares desses indivíduos mostram que a EJA, independente da individualidade ou situação acadêmica, também é vista como uma nova oportunidade, mas de forma não adequada, pois associam essa modalidade a aceleração de ensino. Para as instituições regulares, a EJA é uma forma de “lavagem de mão”, pois transferem para as turmas de jovens e adultos todos os alunos que não se enquadram ao ensino regular. Algumas falas representam de forma adequada esse “repasso” dos alunos problemas ou em defasagem para EJA:

Sou muito velho “pra” estudar de manhã. O coordenador da escola já me conhece. Disse que seria melhor eu ficar no período da noite, no “supletivo”. “Vô” terminar mais rápido, arrumar algo melhor “pra” mim. (VICTOR).

Não aguentava mais aquela “velha insuportável” reclamar de mim. Tudo que eu fazia era errado, tudo de ruim me usava como referência. Vivia dizendo que iria me “jogar” “pra” noite, que iria me separar dos meus “amiguinhos”. Debochava da minha cara. Perguntava se eu não tinha vergonha em estar na “série” que estava. Uma vez quase a xinguei, na verdade xinguei, mas falei baixo, mas sempre tem um “X9” que “cagoeta” tudo. A garota ouviu e falou com ela, aí ela me “jogou” no supletivo. (JOÃO ANTÔNIO).

Nunca gostei de estudar. Não tinha tempo “pra” isso. Tinha que vender os doces ou ficava sem comer. “Matava” muita aula e meu pai nem via. Ia “pro” sinal vender os doces e a tarde aproveitava “pra” ficar com os “moleques” brincando. Quando ia “pra” escola a professora me chamava de turista, dizia que mais uma vez eu “ia” repetir. E repetia mesmo! Quando ia “pra” escola tocava o terror, arrumava briga, aí fui expulso. Desisti por um tempo, mas tive que voltar. (GUILHERME)

A sensação de não pertencimento também é algo notável nas falas desses jovens. Ao se depararem com uma defasagem idade/ano escolar, os próprios educandos não se acham dignos de estarem no ensino regular, alegando que sua idade não está adequada para o ano o qual se encontram, como é o caso de Maria Luiza, que solicitou a transferência para a EJA, pois estava “velha” demais para a turma na qual estava inserida e Victor, que diz também ser “velho” demais para estudar no turno da manhã. O fato da EJA ser uma modalidade de ensino

direcionada para aqueles que não tiveram oportunidade na idade adequada, também traz desconforto a esses jovens, pois são vistos pelos adultos frequentadores dessa modalidade, como invasores daquele espaço, como podemos perceber na fala de Victor, quando diz que “a turma é “chata”, tem muita gente mais velha e acha que somos baderneiros, que não era “pra” estarmos ali se não queremos estudar, mas a gente vai levando. Uma hora acaba”. Esse desconforto é trazido por Schneider e Fonseca (2013), quando descrevem a questão da legitimidade do pertencimento em relação aos jovens e as turmas da EJA, descrevendo que:

As reações dos adultos, tanto a da professora, quanto a dos alunos e das alunas, colocaram em questão a legitimidade do pertencimento desses adolescentes e jovens à escola “da noite”, evocando atributos que justificariam o seu não pertencimento e, conseqüentemente, a sua exclusão, tais como: “não querer estudar” e “não ser trabalhador”. (SCHNEIDER; FONSECA, 2013, p. 231).

Dos discursos extraídos dos indivíduos entrevistados, é notável perceber que a educação regular ganha características específicas que devem ser seguidas por aqueles que a frequentam, ou seja, os jovens aptos para o pertencimento do ensino regular são aqueles que deverão possuir idade adequada, 14 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio, sendo essas idades consideradas limite para o final de cada ciclo. Adequar-se às regras e imposições características do ambiente escolar, não sendo permitido expressar suas vontades e anseios, nem mesmo questionar aquilo que é imposto. Anular sua cultura jovem, compreendendo que haverá sempre uma cultura dominante, a cultura adulta, a qual irá construir um ambiente favorável para impor tudo aquilo que é tido como correto socialmente. A inserção de jovens, cada vez mais jovens na EJA, reforça a precarização das políticas públicas inadequadas e insuficientes, que não garante o direito escolar a todos, não havendo controle dessa obrigatoriedade, tornando fácil a saída de indivíduos dos ambientes escolares na busca de uma condição melhor de vida. Adolescentes e jovens na EJA torna nítida a grande desigualdade social vivida pela sociedade, pois a evasão ou a não inserção dos indivíduos com idade escolar acarretará numa busca “tardia” pelo tempo que esse sujeito foi privado de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou trazer algumas reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos, sendo possível perceber a luta por direitos e políticas que garantissem uma educação digna e eficiente para aqueles que estão inseridos na EJA. Essa modalidade de ensino sofreu várias transformações ao longo de sua história, modificando uma das suas principais características, seus frequentadores, deixando de ser vista apenas como uma modalidade voltada para adultos e idosos que não obtiveram oportunidade de ensino no período adequado. A EJA ganhou uma nova “cara”, recebendo cada vez mais jovens e adolescentes evadidos do ensino regular. Ao concluir esse trabalho, percebi que a juvenilização da EJA é um fenômeno que vai além de problemas sociais vividos pelos indivíduos frequentadores dessa modalidade de ensino, ela abrange todo o sistema educacional, mostrando a deficiência do ensino regular e a valorização do fracasso escolar, enraizado nas escolares regulares, favorecendo a evasão de jovens e adolescentes que são taxados como inadequados para esses ambientes. A não aceitação desses indivíduos e de suas especificidades mostra que a garantia ao ensino para todos não é uma realidade vivida por toda a sociedade brasileira, pois ao excluirmos um aluno que não possui “características adequadas” para o ensino regular, seja por mau comportamento ou diversas retenções, estamos afirmando que a escola não é um espaço agregador, sendo voltado apenas para determinados indivíduos, com isso, percebemos que a EJA é vista como uma estratégia de recuperação por parte de seus frequentadores, cumprindo a função de reinserir no sistema educativo todos aqueles que foram rejeitados pelo sistema regular, mostrando que há incentivos velados por parte das redes municipais e estaduais de ensino para que alunos não “aptos” recorram a essa modalidade de ensino.

Os problemas sociais enfrentados por uma parcela de jovens e adolescentes de classes populares também são influenciadores no aumento das matrículas desses indivíduos na EJA. Inserção no mercado de trabalho, gravidez precoce, entre outras dificuldades enfrentadas por esses jovens, favorece na evasão escolar, assim, ao optarem em retomar os estudos, a EJA é vista como uma possibilidade de continuação, contribuindo na recuperação do tempo perdido.

Através dessa pesquisa percebi que a inserção dos jovens e adolescentes na EJA se dá através de influências internas e externas a escola, sendo, em sua maior parte, a escola como principal influenciadora dessas matrículas. Conclui, através de dados bibliográficos e das entrevistas feitas com indivíduos que estão matriculados na EJA, que o ensino regular

direciona os alunos com determinadas características as turmas de ensino de jovens e adultos, dando a entender que esses alunos “problemas” não se adéquam ao ensino regular, assim, percebi que a modalidade de ensino regular está voltada apenas para determinados indivíduos que possuem características adequadas para essa modalidade.

O ensino regular deveria ser um espaço acolhedor, com serviços de apoio pedagógico a alunos que estão vivenciando diferentes problemas, sejam intraescolares ou extraescolares, facilitando e apoiando a trajetória escolar desses indivíduos. A falta de políticas públicas que garantem a permanência dos jovens nas escolas favorece a inserção dos excluídos na EJA, mostrando que a educação não é um direito garantido, enxergando a EJA como uma modalidade de ensino compensatória ou uma forma de acelerar os estudos, desqualificando essa modalidade e a transformando em espaço acumulador de alunos problemas. Com isso, o aumento das matrículas de jovens e adolescentes na EJA é visto como a não aceitação de determinadas características no ensino regular, influenciando na procura da EJA como lugar de pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIARDI, Delcio. **Percursos e Trajetórias das Políticas e Práticas Educativas de Jovens e Adultos: do direito à educação à diversidade**. IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

Aprendizagem em Foco: **Quem são os jovens fora da escola?** Instituto Unibanco, n.5, 2016. Disponível em: www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/. Acesso em 15 de agosto de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.112 – 121

BRASIL, **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CARRANO, Paulo César. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. In: REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e adultos, v.1, ago.2007. Belo Horizonte.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, Orlando e RIBEIRO, V.M. **Visões da Educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, Campinas, SP, n. 55, p. 58 – 77, 2001.

DI PIERRO, M. C. e HADDAD, Sérgio. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n.14 p. 108 – 130, 2000.

_____. **Transformação nas Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do Terceiro Milênio: uma análise das agendas nacional e internacional**. Cadernos Cedes, Campinas, SP, v.35, n. 96, p.197 – 217, 2015.

DOLLA, Margarete & COSSETIN; Márcia. **A “Juvenilização” da Educação de Jovens e Adultos**. Paraná, 2011.

FAVERO, Osmar e BRENNER, Ana Karina. **Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)**. GT: Educação de Jovens e Adultos, Rio de Janeiro, n. 18, 2006.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M.; BENITE, Claudio e PEREIRA, Viviane. **Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.18, n. 67, p.389 – 410, 2010.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Lei nº 11.494, de 20 de julho de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em 13 de agosto de 2017.

INEP – **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Brasília, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2017.

LÜDORF, S.M.A. **Metodologia da pesquisa: do projeto à monografia**. Rio de Janeiro: Shape, 2004, p. 49-92.

MINAYO, C.S., DESLANDES, S.F. e GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PAIS, J.M. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. Análise Social, vol. XXV (105 – 106), p. 139 – 165, 1990.

RIBEIRO, Eliane. **Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos: Direitos e Desafios**. II Jornadas Internacionales “Sociedades Contemporáneas, Subjetividade y Educación”, 2014.


SCHNEIDER; Sônia e FONSECA; Maria da Conceição. **Esse é o meu lugar.... Esse não é o meu lugar: Inclusão e Exclusão de Jovens e de Adultos na escola**. Educ. Soc., Campinas, v.34, n.122, p.227 – 244, 2013.

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; <http://www.mec.gov.br/secadi>. Acesso 22 de junho de 2017.

STRELHOW, Thyeles. **Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38. p. 49-59, 2010.

ANEXOS

ANEXO I: Ficha utilizada para a matrícula no CAMP.

		FICHA DE CANDIDATO A APRENDIZ	
<p>Leia antes de preencher - Critérios para preenchimento da ficha: Ter entre 14 e 24 anos, ter concluído o Ensino Fundamental.</p>			
<p>VOCÊ AGORA FAZ PARTE DO BANCO DE CURRÍCULOS DO CAMP VILA DA PENHA.</p>			
<p>Informamos que esta ficha será utilizada para fins de cadastro para, caso haja uma oportunidade de encaminhá-lo ao mercado de trabalho, entrarmos em contato por telefone ou e-mail ou facebook, portanto, é importante informar seus dados com clareza e manter seu telefone e endereço atualizados e conferir se há recados pela internet.</p>			
<p>Ressaltamos que não há garantia de que será encaminhado para alguma empresa, mas estaremos sempre atentos às oportunidades condizentes ao seu perfil.</p>			
<p>Alguns dados são exigências do Ministério do Trabalho e Emprego para o cadastro de jovens no sistema (internet). O * significa que deve-se marcar a opção que responde à pergunta.</p>			
1- Nome todo:			
2- Idade:	3- Data de Nascimento:	*4- Sexo: (Masculino) (Feminino)	
*5- Cor:	(branca) (parda) (preta) (amarela) (indígena)	*6- Tem filhos? (Não) (Sim). Quantos: _____	
*7- Mora(m) com você? (Sim) (Não)		8- Estado Civil: (Solteiro) (Casado) (União Estável) (outro: _____)	
*9- Possui (RG) (CPF) (Título de Eleitor) (CTPS – cart. de trabalho) - Providenciar estes documentos, caso não tenha.			
*10- Situação no Serviço Militar: () dispensado () aguardando resposta () não se alistou			
11- Endereço (rua, nº, bairro, cidade):			
12- Telefone residência:		Outro tel.:	
13- E-mail:			
14- Facebook:			
*15- Escolaridade: () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Completo			
() Cursando o Ensino Médio - Série: () 1º () 2º () 3º - () Manhã - () Tarde - () Noite			
() Cursando Ensino Superior - Curso: _____			
*16- Conhecimentos:	16.1- Língua Estrangeira? Qual? _____ (Lê) (Fala) (Escreve)		
	16.2- Informática? () nenhum () básico () intermediário () avançado		
*17- Sabe ler e escrever?	(Sim) (Não)	*18- Habilidade Manual: (destro) (canhoto) (ambidestro)	
*19- Tem alguma deficiência ou dificuldade de locomoção?		(Não) (Sim). Qual? _____	
*20- Experiência Profissional:			
(Você já realizou qualquer atividade remunerada) (Nunca trabalhou) (Já trabalhou como voluntário)			
20.1- Primeiro local onde trabalhou:			
A- Tipo de trabalho: (informal - bico) (estágio) (Aprendiz) (Empregado - Carteira Assinada)			

B-Nome da atividade e descrição das tarefas que realizava: _____

C-Quanto tempo trabalhou nisto? (data de entrada e saída) _____

D-Motivo da Saída: _____

20.2-Outro local onde trabalhou:

A-Tipo de trabalho: (informal - bico) (estágio) (Aprendiz) (Empregado - Carteira Assinada)

B-Nome da atividade e descrição das tarefas que realizava: _____

C-Quanto tempo trabalhou nisto? (data de entrada e saída) _____

D-Motivo da Saída: _____

Responda:

21-Por que você quer ser aprendiz? _____

22-Considera que tem facilidade de aprender e trabalhar em alguma área? Tem preferência por alguma área de trabalho?

23- Já fez curso(s)? Qual(is)?

24- Escreva sobre você, o que você gosta de fazer e locais que gosta de frequentar:

*25- Como ficou sabendo do CAMP: Indicação da família Indicação de amigos

Encaminhamento da FIA Internet _____

Assinatura do candidato

Rio de Janeiro, ___ de _____ de _____.

Aguarde nosso contato! Boa sorte!

Campo a ser preenchido pelo CAMP Vila da Penha. Observações sobre o perfil do candidato, encaminhamentos entre outros procedimentos: _____

ANEXO 2: Roteiros utilizados com os alunos nas entrevistas

1- Nome, idade e local de residência?

Eu me chamo Victor, tenho dezoito anos e moro em Duque de Caxias e Anchieta. É porque minha mãe mora em Anchieta e alguns parentes moram aqui, mas eu prefiro aqui (Duque de Caxias) “do que lá”.

2- Em que ano está e em qual município está localizada sua escola?

Preciso mesmo falar a “série”? (risos). “Tô” no sétimo ano. Que vergonha! Minha escola fica aqui em “Caxias” mesmo.

3- Há quanto tempo frequenta o CAMP? E como conheceu a instituição?

Estou no CAMP há 8 meses. Meu vizinho, o “Igor”¹⁰, me convidou. Ele já está na segunda aprendizagem. Vim preencher a ficha e depois de uns dias elas me ligaram.

4- Já repetiu de ano alguma vez? Quantas?

Repeti várias vezes, acho que umas cinco, porque minha mãe vinha me pegar para morar com ela, ficava alguns meses e voltava. Como minha matrícula ficava em aberto, sempre voltava para a escola, mas perdia muita matéria e não conseguia recuperar. Por causa da minha situação, já repeti umas cinco vezes. Tenho vergonha disso, mas não tive muita opção. Nem sei se foi só cinco, deve ter sido mais.

5- Alguma vez já deixou de estudar? Por quê?

Ih, muitas vezes. Nem sei dizer quantas, mas acho que foi umas duas ou três. Por isso não saio do sétimo ano. Minha mãe não tem paradeiro certo. Vive pulando de galho em galho e como moro de favor aqui em Caxias, não tive muita opção. Aqui eles não são meus parentes de verdade. Meu pai é meu padrinho, mas me criou como filho, por isso o chamo de pai. Minha mãe nunca me criou, me deixou aqui na casa deles, mas eu tenho minha avó, minhas tias, meu pai. Como minha mãe vivia se mudando, as vezes ela me buscava para morar com ela, aí eu deixava de estudar. Largava tudo e ia com ela, porque era obrigado, mas ela sempre me trazia de volta. Ficava dois ou três meses e voltava. Minha matrícula na escola ficava aberta, aí eles iam me dando falta. Quando voltava minha “vó” tinha que ir na escola pedir para eu voltar. O pessoal de lá já até conhece ela. Eles ficam com pena dela, porque ela já é bem velhinha, por isso sempre deixam eu voltar a estudar. Até pouco o mês passado eu estava sem estudar, mas consegui voltar.

6- Caso já tenha evadido, qual o objetivo em voltar a estudar?

Eu me alistei. Já sou “de maior” preciso trabalhar e queria seguir carreira militar. Meu tio é, ele me dá muitos toques sobre isso, aí decidi me alistar, mas por causa da minha escolaridade eu sobrei. Fiquei “bolado”, porque eu não sabia o que fazer, aí decidi voltar, vou tentar terminar para conseguir me firmar no emprego. Graças ao CAMP eu consegui alguma coisa, o salário não é muito alto, mas dá para ajudar em casa.

10

Nome fictício

7- Por que optou em frequentar uma turma da EJA?

Sou muito velho “pra” estudar de manhã. O coordenador da escola já me conhece. Disse que seria melhor eu ficar no período da noite, no “supletivo”. “Vo” terminar mais rápido, arrumar algo melhor “pra” mim.

8- Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação dentro da escola?

Ah, os “muleques” sempre zoam porque somos repetentes, mas só os caras mais velhos, os menores têm medo. Alguns professores olham “pra” nossa cara e perguntam: “De novo aqui”? Mas nada de mais. A única vez que fiquei chateado foi quando chamaram minha mãe de “sapatão”. O “muleques” botaram muita pilha, aí fiquei “bolado” e pedi “pra” ela não voltar mais lá. Minha mãe é “sapatão” e se veste igual a um homem.

9- O que pensa sobre sua escola e turma?

Se disser que gosto de estudar estarei mentindo. Gosto mesmo de estar com os amigos, só de ir para escola. A turma é “chata”, tem muita gente mais velha e acha que somos baderneiros, que não era “pra” estarmos ali se não queremos estudar, mas a gente vai levando. Uma hora acaba.

1- Nome, idade e local de residência?

João Antônio. 16 anos. Madureira.

2- Em que ano está e em qual município está localizada sua escola?

Ih, professora, quer mesmo saber? Estou no sexto ano e estudo em Madureira mesmo.

3- Há quanto tempo frequenta o CAMP? E como conheceu a instituição?

Só tem 3 meses. Minha irmã ficou me perturbando “pra” vir “pra” cá, aí eu vim.

4- Já repetiu de ano alguma vez? Quantas?

“Vixi”! Repeti algumas vezes sim. Sempre fui muito bagunceiro, quase não prestava atenção nas aulas, aí, no final do ano o “bicho” pega e eu sempre me “ferrava”.

5- Alguma vez já deixou de estudar? Por quê?

Nunca deixei de estudar. Sempre “aturei” a escola.

6- Caso já tenha evadido, qual o objetivo em voltar a estudar?

NÃO HOUVE EVASÃO

7- Por que optou em frequentar uma turma da EJA?

Eu fui jogado na EJA! A “chata” da minha diretora me “expulsou” da manhã. Fiquei p...! Opa! Desculpa pelo palavrão, professora! A turma da noite é “chata”. O pessoal é sem graça. A única coisa boa é o tempo, vou terminar mais rápido, e o fato de não ter que olhar mais na cara da diretora. Não aguentava mais aquela “velha insuportável” reclamar de mim. Tudo que eu fazia era errado, tudo de ruim me usava como referência. Vivia dizendo que iria me “jogar” “pra” noite, que iria me separar dos meus “amiguinhos”. Debochava da minha cara. Perguntava se eu não tinha vergonha em estar na “série” que estava. Uma vez quase a xinguei, na verdade xinguei, mas falei baixo, mas sempre tem um “X9” que “cagoeta” tudo. A garota ouviu e falou com ela, aí ela me “jogou” no supletivo.

8- Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação dentro da escola?

Sofria todos os dias (risos). A diretora não gostava de mim, vivia dizendo que eu era influência para o mal. Meus amigos ficavam rindo, mas “era” tudo igual. “Nós” tocava o terror. Agora sou “quetão”, o povo da noite é mais tranquilo.

9- O que pensa sobre sua escola e turma?

Não vejo a hora de sair daquele lugar. A escola é igual prisão, se “nós faz” qualquer coisinha já é levado para a diretoria. Não dá nem pra brincar, tem que ficar igual múmia. Minha turma da manhã era “fechamento”, agora é todo mundo quieto. Nem dá pra rir, descontraír um pouco. Nem posso mais ir para o baile nas sextas, por causa da escola.

1- Nome, idade e local de residência?

“Me” chamo Maria Luiza, tenho 18 anos e moro em Madureira, aqui pertinho.

2- Em que ano está e em qual município está localizada sua escola?

Estou no primeiro ano do ensino médio e estudo em Madureira, no município do Rio.

3- Há quanto tempo frequenta o CAMP? E como conheceu a instituição?

Já é minha segunda aprendizagem. Nem lembro mais quanto tempo estou aqui (risos). O pessoal do CAMP as vezes vai lá na “favela” e apresenta o projeto. Estava precisando de emprego e vim.

4- Já repetiu de ano alguma vez? Quantas?

Sim, repeti o sexto e o oitavo ano. Uma vez cada “série”. Estudava e tinha que tomar conta do meu irmão, que é dois anos mais novo que eu. “Me” descuidei da escola um pouco, mas vou recuperar.

5- Alguma vez já deixou de estudar? Por quê?

Sim! No ano seguinte que repeti o oitavo ano pedi para minha mãe morar com meu pai. Ele não mora aqui, mora em outra cidade, mas cheguei na casa dele e as escolas já haviam começado. Não conseguimos vagas, aí fiquei sem estudar, mais um ano perdido. Era “certinha” na escola, mas com esses deslizes me atrapalhou.

6- Caso já tenha evadido, qual o objetivo em voltar a estudar?

Quero terminar meus estudos e fazer enfermagem. O dinheiro daqui (refere-se ao emprego alcançado através do CAMP) eu guardo uma parte. Estou juntando para pagar o curso, a outra parte eu ajudo minha mãe. Só mora nós três, minha mãe, meu irmão e eu, por isso temos que ajudar. O João não gosta muito, mas “chega junto” obrigado. No “supletivo” eu consigo acelerar meus estudos e acabar mais rápido. Quero fazer vestibular também, mas primeiro quero fazer o curso, tentar ganhar mais.

7- Por que optou em frequentar uma turma da EJA?

Como eu disse, quero acelerar os estudos. Já dei “mole” demais, perdi 3 anos, preciso recuperar. Como era a mais velha da turma ficava um pouco com vergonha, aí pedi para trocar meu horário no trabalho e fui para noite. Achei até melhor, pois agora estudo a noite, antes estudava de manhã e pegava no trabalho às duas horas. Ficava corrido. Ia em casa só deixar minhas coisas e ia para o mercado (local que trabalha).

8- Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação dentro da escola?

Não! Acho que implicavam comigo por ser tímida, fora isso, nada! Acho que ficava com medo de implicarem com minha idade, por isso pedi para trocar o horário na escola.

9- O que pensa sobre sua escola e turma?

No início estranhei um pouco, porque a maioria do pessoal é mais velho que eu, mas depois fui me acostumando. Fiz amizade com uma moça que trabalha no mesmo mercado

que eu, antes eu nem falava direito com ela, mas agora ficamos juntas no intervalo. Os professores são legais, conversam bastante e nos tratam diferente. Eles sabem que a maioria do pessoal dali trabalha, por isso não cobram tanto. A escola é a mesma que estudava. Está velhinha, mas a educação está precária em todos os lugares. Nenhum governante liga. Só me preocupa as greves de professores. Não dá mais “pra” perder tempo.

1- Nome, idade e local de residência?

Eu sou o Guilherme. Tenho 17 anos e moro em Bangu. Desculpe, professora, mas estou “nervosão”.

2- Em que ano está e em qual município está localizada sua escola?

Estou no sexto ano e estudo em Bangu, lá na minha “terra”.

3- Há quanto tempo frequenta o CAMP? E como conheceu a instituição?

Tenho só um mês aqui. Vim indicado por uma vizinha. A filha dela veio pra cá ano passado, mas foi contratada pela firma e está bem lá.

4- Já repetiu de ano alguma vez? Quantas?

(Risos). Acho que só repeti até agora. Nem me lembro quando passei direto. Sempre trabalhei, desde “mulequinho”. Ficava o tempo todo na rua, perdia a hora da escola. Nunca gostei de estudar. Não tinha tempo “pra” isso. Tinha que vender os doces ou ficava sem comer. “Matava” muita aula e meu pai nem via. Ia “pro” sinal vender os doces e a tarde aproveitava “pra” ficar com os “muleques” brincando. Quando ia “pra” escola a professora me chamava de turista, dizia que mais uma vez eu “ia” repetir. E repetia mesmo! Quando ia “pra” escola tocava o terror, arrumava briga, aí fui expulso. Desisti por um tempo, mas tive que voltar.

5- Alguma vez já deixou de estudar? Por quê?

Ih, muitas vezes! Estava sem estudar até agora, só voltei por causa daqui (refere-se à instituição), tinha que estar estudando, aí fiz minha matrícula no meio do ano e vim preencher a ficha daqui. Fui chamado rapidinho. Depois que fui expulso do Colégio X¹¹ fiquei desmotivado. Sempre fui bagunceiro, ninguém me queria em escola nenhuma. Já tinha sido transferido duas vezes por causa de confusão, aí não teve jeito, na última fui expulso. Não tinha o que fazer. Meu pai nunca ligou pra gente, muito menos pra saber se “nós” estava estudando ou não. Não sei como ele veio aqui assinar as coisas do projeto. Só veio mesmo porque sabia que rola dinheiro.

6- Caso já tenha evadido, qual o objetivo em voltar a estudar?

Olha, quando liguei “pra” cá disseram que eu teria que estar na escola, que só pode entrar quem está estudando, aí não teve jeito, tive que voltar a estudar. Mas foi bom, assim tomo “vergonha na cara”.

7- Por que optou em frequentar uma turma da EJA?

Quando fui na escola tentar uma vaga, a “moça da secretaria” disse que só teria vaga “pra” noite, por causa da minha idade. Como precisava estudar aceitei. Minha “vó” também foi e disse que era “pra” aproveitar enquanto tinha vaga. Trabalho só quatro horas, dá tempo de chegar em casa e tirar um “cochilo” antes de ir para a escola.

8- Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação dentro da escola?

11

Nome fictício dado a instituição escolar na qual Guilherme estudava.

“Pô”, todos os meus professores me olhavam torto. Dizia que eu era o “capeta” que não iria chegar a lugar nenhum. No início eu ficava chateado. “Pô”, trabalho desde moleque, eles têm que entender que não dava para trabalhar e estudar, ficava cansado. Depois nem ligava mais. Eles falavam e eu aprontava mais, só “pra” “sacanear”. Minha “vó” ia quase todo dia na escola.

9- O que pensa sobre sua escola e turma?

Depois que a gente cresce pensa diferente. Eu fico pensando que era já “pra” eu “tá” terminando o segundo grau, mas dei mole. Também nunca tive ninguém “pra” ficar no meu pé, aí, “nós, moleque” nem liga, apronta mesmo. Agora eu “tô” tranquilo. Gosto da escola, a turma é legal.